

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) ARISTONE LEAL MOURA

FORÇA CONJUNTA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS:

A concepção de uma estrutura integrada de Operações Especiais na Marinha do Brasil.

Rio de Janeiro

2014

CC (FN) ARISTONE LEAL MOURA

FORÇA CONJUNTA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS:

A concepção de uma estrutura integrada de Operações Especiais na Marinha do Brasil.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG(FN-RM1) Antonio Carlos Rodrigues Martins

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2014

## AGRADECIMENTOS

A Deus por minha vida, família e amigos;

Aos meus pais, José Mariano e Aldenora, pelo incentivo e amor incondicional;

Agradeço também a minha esposa, Luciene, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades;

Aos meus filhos, Raquel e Lucas, que embora não tivessem conhecimento disto, iluminaram de maneira especial os meus pensamentos, me levando a buscar mais conhecimentos; e

Ao CMG (FN) Rogério Ramos **Lage**, pelos ensinamentos e orientações que me nortearam na condução deste trabalho;

Ao CMG (FN-RM1) Antonio Carlos **Rodrigues** Martins, pelas orientações que me foram de inestimável utilidade; e

Ao CC (FN) José Mauro **Lourenço** Júnior, camarada 06, pela troca de conhecimento, com críticas, sugestões e opiniões contidas no trabalho.

## RESUMO

Na atualidade, nossa sociedade vem se deparando com uma série de conflitos regionais no cenário mundial, o que se convencionou chamar de combate moderno, caracterizado pela predominância de guerras assimétricas e pela indefinição exata dos inimigos e das frentes de batalha. Avulta de importância, diante deste novo contexto, o emprego de Forças integradas e preparadas para o cumprimento dos diversos tipos de missões. Diante também desse cenário, constata-se a crescente importância do emprego conjunto das Forças de Operações Especiais, constituindo vetores extremamente flexíveis e eficazes no desdobramento de crises, condicionados por um alto grau de sensibilidade política. Dada a importância, muitos Estados buscam maneiras de aumentar a eficiência dessas forças e corrigir suas deficiências, principalmente as relacionadas ao seu emprego conjunto e prontidão operacional. O resultado deste esforço pode ser verificado nos recentes modelos de estruturas organizacionais permanentes empregados nas campanhas militares recentes, obtendo sucesso expressivo no emprego conjunto destas Forças. Destarte, com a criação do Ministério da Defesa, no ano de 1999, e com a edição da Estratégia Nacional de Defesa, no ano de 2008, o trabalho conjunto passou a ser ponto-chave na busca do aprimoramento da interoperabilidade entre as Forças, inclusive as de Operações Especiais. No entanto, atualmente, o modelo empregado no Brasil é composto por estruturas integradoras temporárias de Forças de Operações Especiais, subordinadas aos Comandos Conjuntos de nível operacional. Nesse caso observa-se que as Forças de Operações Especiais estão buscando a sua integração e o seu aperfeiçoamento no emprego conjunto dentro de cada FA do Brasil, tendo o Exército Brasileiro capitaneado este processo, com a integração das tropas de Operações Especiais no Comando de Operações Especiais. A Marinha do Brasil permanece com suas tropas de Operações Especiais isoladas em comandos distintos e subordinadas a escalões inferiores ao Comando Operacional. Conclui-se pelo importante proveito que seria concebido na integração destas tropas em um comando único, subordinado diretamente ao Comando de Operações Navais, com o potencial de aperfeiçoar sua interoperabilidade por meio da padronização de doutrinas, procedimentos e equipamentos. O primeiro reflexo do incremento da interoperabilidade seria a otimização, dentro da Marinha do Brasil, da utilização dos escassos recursos humanos e materiais de Operações Especiais, além de proporcionar um salto qualitativo importante no preparo e emprego conjunto das Unidades de Operações Especiais da Marinha do Brasil.

**Palavras-chave:** Operações Especiais, Forças de Operações Especiais, Comando Conjunto.

## **ABSTRACT**

*At present, our society is faced with a number of regional conflicts on the world stage, the so-called modern combat, characterized by the predominance of asymmetric wars and the exact indefiniteness of enemies and of the battle fronts. Increased of importance of this new context the use of integrated and prepared Forces for the fulfillment of various types of missions. Also in this scenario it is noted the growing importance of the joint employment of Special Operations Forces, constituting extremely flexible and effective vectors in the unfolding of crisis, conditioned by a high degree of political sensitivity. Given the importance, many states look for ways to increase the efficiency of these forces and correct their deficiencies, mainly the ones related to their joint employment and operational readiness. The result of this effort can be seen in the recent models of permanent organizational structures employed in recent military campaigns, achieving significant success in the joint employment of these Forces. Thus, with the creation of the Ministry of Defense in 1999, and the edition of the National Defense Strategy (NDE), in 2008, the joint work has become a key point in the search of improving the interoperability among the Forces, including the Special Operations. However, the model currently used in Brazil consists of temporary integrative structures of Special Operations Forces subordinate to Joint Commands of operational level. In this case it is observed that the Special Operations Forces are seeking their integration and their improvement in the joint employment within each FA of Brazil, having the Brazilian Army captained this process, with the integration of Special Operations troops in the Special Operations Command. The Brazilian Navy remains with its Special Operations troops isolated in distinct commands and subordinate to lower echelons to the Operational Command. It is concluded by the important advantage that it would be understood in the integration of these troops in a single command, subordinate directly to the Naval Operations Command, with the potential of improving its interoperability through standardization of doctrine, procedures and equipment. The first reflection of increased interoperability would be the optimization, within the Brazilian Navy, of the use of scarce human resources and Special Operations materials, besides providing an important qualitative leap in the preparation and joint employment of Special Operations Units of Brazilian Navy.*

**Key Words:** *Special Operations, Special Operations Forces, Joint Command.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organização das Forças de Operações Especiais do Brasil.....	40
Figura 2 – Organização das Forças de Operações Especiais na Armada do Chile.....	40
Figura 3 – Organização do Comando do Teatro de Operações.....	41
Figura 4 – Proposta de organograma do Comando de Operações Navais.....	42
Figura 5 – Proposta de organograma do Comando Naval de Operações Especiais.....	42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BtlOpEspFuzNav	–	Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais
CFN	–	Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil
CNOpEsp	–	Comando Naval de Operações Especiais
ComOpNav	–	Comando de Operações Navais
ComTO	–	Comando(s) do(s) Teatro(s) de Operações
COpEspEB	–	Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro
COTER	–	Comando de Operações Terrestre
EAS	–	Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento
EB	–	Exército Brasileiro
ElmOpEsp	–	Elemento(s) de Operações Especiais
EMCFA	–	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	–	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	–	Estados Unidos da América
EMCj	–	Estado-Maior Conjunto
FA	–	Força(s) Armada(s)
FAB	–	Força Aérea Brasileira
FFE	–	Força de Fuzileiros da Esquadra
FN	–	Fuzileiro Naval
FCjOpEsp	–	Força(s) Conjunta(s) de Operações Especiais
FOpEsp	–	Força(s) de Operações Especiais
ForDbq	–	Força de Desembarque
ForTarAnf	–	Força-Tarefa Anfíbia
FT	–	Força-Tarefa
GruMeC	–	Grupamento de Mergulhadores de Combate
MB	–	Marinha do Brasil
MD	–	Ministério da Defesa
OpAnf	–	Operação Anfíbia
OpEsp	–	Operação(ões) Especial(is)
OM	–	Organização(ões) Militar(es)
PDN	–	Política de Defesa Nacional
TO	–	Teatro(s) de Operações
USSOCOM	–	<i>United States Special Operations Command</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2</b>	<b>AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO BRASIL</b> .....	12
2.1	Definições.....	12
2.2	A Estratégia Nacional de Defesa e a visão prospectiva das Operações Especiais	13
2.3	As Forças de Operações Especiais no Brasil.....	16
<b>3</b>	<b>MODELOS DE ESTRUTURAS INTEGRADAS DE FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS</b> .....	22
3.1	<i>O United States Special Operations Command</i> .....	23
3.2	<i>O Comando de Fuerzas Especiales de La Armada del Chile</i> .....	25
3.3	A Estrutura da Força Conjunta de Operações Especiais no Brasil .....	26
3.4	A Força Conjunta de Operações Especiais e as Operações Anfíbias.....	27
<b>4</b>	<b>PROPOSTA DE UMA ESTRUTURA INTEGRADA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NA MARINHA DO BRASIL</b> .....	29
4.1	Estrutura organizacional.....	30
4.2	Ilacões sobre a proposta de criação do Comando Naval de Operações Especiais..	32
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	36
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	38
	<b>APÊNDICES</b> .....	40

## 1 INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria, o mundo moderno se deparou com um novo cenário no campo militar, de diversificados conflitos regionais, caracterizado pela predominância de guerras assimétricas e pela indefinição exata dos inimigos e das frentes de batalha. Sua natureza imprevisível e particularmente conduzida por atores não estatais irregulares se tornou o principal desafio para a necessidade de se ter atualmente forças capacitadas e integradas, que requerem cobertura, clandestinidade e pouca visibilidade, podendo ser conduzidas independentemente ou em conjunção a forças convencionais ou agências governamentais.

Englobam, portanto, risco político, técnicas operacionais, modo de emprego, independência no suporte e dependência em termos de inteligência operacional. Seu sucesso repousa na proficiência individual e da pequena unidade, em uma especialização múltipla e em habilidades de combate, sempre não-convencional, aplicadas com adaptabilidade, improvisação, inovação e autoconfiança.

O General Alvaro Pinheiro<sup>1</sup> (2008) afirma que a própria Campanha do Afeganistão demonstrou ao mundo que o emprego conjunto de Forças de Operações Especiais (FOpEsp) eficientes e eficazes, devidamente apoiadas por uma Inteligência ativa, confiável e oportuna podem constituir-se em fatores extremamente significativos de neutralização dos novos conflitos apresentados.

Nesse sentido, surgiram novas doutrinas e novas necessidades no campo de batalha: as chamadas Operações Conjuntas. Tais operações militares são aquelas que envolvem mais de uma Força Singular de um mesmo país, sob um comando único.

A criação do Ministério da Defesa (MD), no ano de 1999, impulsionado pela Política de Defesa Nacional do Brasil (PDN) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), define

---

<sup>1</sup> O General de Brigada ALVARO DE SOUZA PINHEIRO é analista militar especialista em OpEsp e Guerra Irregular. É analista associado para assuntos de América Latina da *Joint Special Operations University* (JSOU) no *United States Special Operations Command* (USSOCOM).

a importância da integração das Forças Armadas (FA) com o atual ambiente de segurança e defesa de um país, que se destaca cada vez mais no cenário mundial. Desta forma, exercícios e missões conjuntas passaram a fazer parte do cenário de defesa nacional.

Na própria END estão as características mais proeminentes dos atuais conflitos bélicos, tais como os de baixa intensidade, assimetria de poder entre contendores, frentes indefinidas, entre outras, o que ratifica a valorização e a contribuição das Operações Especiais (OpEsp), tanto para evitar escaladas de crises internacionais político-estratégicas como para a conquista de objetivos de mais alto nível e com economia de meios. Nesse mesmo contexto, a busca pela interoperabilidade<sup>2</sup> no trabalho conjunto entre as FA passou a ser a grande prioridade do documento.

Não obstante, este novo conceito de integração esbarrou na necessidade de padronização de procedimentos inerentes de cada FA. Os sistemas operacionais<sup>3</sup> atinentes de cada força singular demandam a necessidade de adaptações, novas doutrinas de emprego, trabalhos de Estado-Maior Conjunto (EMCj), criação e reestruturação de novas Organizações Militares (OM), dentre outras.

Nesse sentido, pela possibilidade de se moldar à conjuntura acima exposta, mantendo sua efetividade operacional, observa-se uma tendência, em muitos países, do emprego conjunto de suas FOpEsp, ativadas temporariamente como uma Força-Tarefa (FT), ou mesmo como Comando Conjunto permanente de FOpEsp.

---

2 Capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução. O desenvolvimento da interoperabilidade busca otimizar o emprego dos recursos humanos e materiais, assim como aprimorar a doutrina de emprego das Forças Armadas. A consecução de um alto grau de interoperabilidade está ligada diretamente ao maior ou menor nível de padronização de doutrina, procedimentos, documentação e de material das Forças Armadas (BRASIL, 2007, p. 140).

3 Interação de elementos específicos de combate, apoio ao combate e apoio logístico, de forma a permitir ao comandante o emprego oportuno e sincronizado daqueles meios no tempo, no espaço e na finalidade. Os sistemas operacionais da Força Terrestre são: comando e controle; inteligência; manobra; apoio de fogo; defesa antiaérea; mobilidade, contramobilidade e proteção; e logístico (BRASIL, 2007, P. 243).

Para atingir esse objetivo, será descrito no Capítulo 2, primeiramente, a concepção de emprego das OpEsp no Brasil e suas definições, a importância da END no emprego conjunto das FOpEsp, e por fim descrever as unidades de OpEsp do Brasil, de forma a reconhecer a crescente demanda de OpEsp ditada pela atual conjuntura de segurança e defesa reconhecida na PDN, assim como a prevalência do emprego conjunto preconizada pela END.

Assimiladas as razões pelas quais tais forças são importantes no campo militar em questão, no capítulo 3 será apresentado dois modelos de organizações integradoras de FOpEsp, sendo primeiro o modelo estadunidense, caracterizado por ser uma estrutura permanente e com forças adjudicadas, e o segundo o chileno, pela similaridade com as nossas capacidades operacionais, e caracterizado por constituir estruturas integradas de FOpEsp em cada Força Singular, evidenciado a importância de estar subordinada ao mais alto nível operacional de cada Força. Será abordado também a estrutura da Força Conjunta de Operações Especiais (FCjOpEsp<sup>4</sup>) no Brasil, e o apoio desta Força nas Operações Anfíbias (OpAnf<sup>5</sup>)

No Capítulo 4, serão reunidos os conhecimentos, até então expostos, para apresentar uma proposta de estrutura integrada de OpEsp para a Marinha do Brasil (MB), diante do novo cenário do emprego conjunto, tecendo as relações sobre a sua estruturação e seu emprego no aprimoramento da capacidade operacional, tanto na MB, quanto no emprego conjunto com outras tropas de FOpEsp do Brasil, em consonância com a END.

Por fim, no Capítulo 5, serão apresentadas as conclusões e considerações finais resultantes da proposta de um comando permanente de Operações Especiais no âmbito da MB.

---

4 Força Conjunta de OpEsp (FCjOpEsp) é empregado conforme o MD-30-M-01 – Doutrina de Operações Conjuntas e designa Organizações por Tarefa de OpEsp nos ComTO (BRASIL, 2011). Outros termos poderiam ser empregados, como: Comandos Componentes de OpEsp (CmndoCteOpEsp) ou, ainda, Força-Tarefa Conjunta de OpEsp (FTCjOpEsp).

5 Operação de Guerra Naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre um litoral hostil ou potencialmente hostil (BRASIL, 2013a, p. 1-1).

Dessa forma, este estudo tem o propósito de apresentar uma proposta de uma estrutura integrada permanente de OpEsp na MB e, conseqüentemente, contribuir para a o aprimoramento e ampliação da sua capacidade operacional, atendendo as demandas, tanto da da própria força singular, quanto da FCjOpEsp.

## **2 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO BRASIL**

As FOpEsp são, essencialmente, um instrumento altamente especializado de que dispõe a Expressão Militar de um país. Instrumento este apto a atingir objetivos em todos os campos do poder, tal a multiplicidade vocacional dessas forças. Diante da concepção atual de conflitos militares e políticos, verifica-se que o nível estratégico torna-se, cada vez mais, um ambiente amplo, diversificado e extremamente favorável à atuação de FOpEsp.

Neste capítulo será desenvolvido um estudo acerca da concepção de emprego das OpEsp no Brasil, com as definições, a relação com os documentos de defesa, e suas unidades de emprego.

Cabe ressaltar que no Brasil, apesar das similaridades e do intercâmbio constante, as FOpEsp encontram-se enquadradas dentro de cada Força Singular, não existindo uma orientação comum às FOpEsp das três FA (PINHEIRO, 2008).

Mesmo com os avanços oriundos da criação do MD, principal articulador de ações que envolvam mais de uma Força Singular, principalmente em Operações Conjuntas, ainda não há um arcabouço doutrinário que sistematize o conhecimento para o emprego conjunto das FA em OpEsp. Cada Força emprega manuais próprios.

A fim de estabelecer um embasamento teórico para o prosseguimento do trabalho, será apresentado neste capítulo os conceitos julgados mais relevantes.

Este estudo é essencial para permitir o necessário entendimento do presente trabalho.

### **2.1 Definições**

A globalização tornou-se um fenômeno que atinge todos os campos da atividade humana, inclusive a área de assuntos militares. Um significativo exemplo que ratifica essa

evidência são as concepções doutrinárias atribuídas às OpEsp.

A concepção estratégica para as FOpEsp tem sua definição como sendo operações heterodoxas de pequena escala e alto-risco, que estão fora dos limites da guerra regular. Estas Forças dependem criticamente da para compensar suas limitações em número de indivíduos e poder de fogo. As FOpEsp conduzem missões que as forças regulares ou não podem fazer ou não conseguem fazer a custos aceitáveis (GRAY, 2006).

O mesmo autor acrescenta que além da surpresa, o sucesso das OpEsp depende tipicamente de apropriado treino não-convencional e de equipamento. Em tempos de paz, tais operações estão propensas a ser conduzidas visando a objetivos estratégicos, e passando por condições de alta sensibilidade política.

Nesse cenário, passa a ocorrer a chamada guerra assimétrica, assim definida pelo MD:

GUERRA ASSIMÉTRICA – [...] Trata-se de enfrentamento entre um determinado partido e outro com esmagadora superioridade de poder militar sobre o primeiro. Neste caso, normalmente o partido mais fraco adota majoritariamente técnicas, táticas e procedimentos típicos da guerra irregular. (BRASIL, 2007, p. 123).

A condução bem sucedida das OpEsp está fundamentalmente baseado no elevado nível de proficiência técnico-profissional de pequenas unidades, dotadas de uma gama de capacitações operacionais especializadas, predominantemente não convencionais, assegurando aos mais elevados escalões em presença respostas adequadas, flexíveis e oportunas (PINHEIRO, 2008).

Para este estudo, no entanto, a definição empregada para as OpEsp será a prevista no MD-35-G-01 Glossário das FA (BRASIL, 2007), sendo assim definida:

OPERAÇÕES ESPECIAIS – [...] especialmente organizadas, adestradas e equipadas, visando a alcançar objetivos políticos, econômicos, psicossociais ou militares por intermédio do emprego de meios militares convencionais ou não-convencionais, em áreas hostis ou sob controle do inimigo, nas situações de crise, de conflito armado ou de guerra. (BRASIL, 2007, p. 183).

Depreende-se pela definição brasileira uma identidade própria das OpEsp, seu amplo espectro e as múltiplas possibilidades de combinação de atitudes operacionais diversificadas, e não identificando ainda aproximações conceituais conflitantes entre outras definições de OpEsp empregadas no mundo, o que aumenta a importância relacionada à capacidade de enfrentar as ameaças dos conflitos modernos, caracterizados principalmente pela guerra irregular<sup>6</sup>.

## **2.2 A Estratégia Nacional de Defesa e a visão prospectiva das Operações Especiais**

A PDN busca, dentro de seus objetivos, ampliar a participação do País no cenário internacional, além de promover a maior projeção do Poder Nacional no exterior. Para isso, os decisores e autoridades políticas vêm dando maior importância ao vetor de defesa em suas estratégias de consolidação da liderança do Brasil (PINHEIRO, 2009).

Com base nesse cenário, foi editado em 2008 a END, onde ficou nítido a importância em se trabalhar conjuntamente. Diante disso, para as Forças Singulares ficou latente a necessidade de consolidar a doutrina vigente sobre o emprego conjunto e a imprescindibilidade de criação do EMCj com o propósito de definir a estrutura e a forma de emprego de suas tropas.

Com o foco em ações estratégicas de médio e longo prazo, a END pretende modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das FA, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das FA. Desta forma, se pode constatar que tal política coloca o assunto defesa em pauta na agenda nacional (BRASIL, 2008).

---

<sup>6</sup> Conflito armado executado por forças não-regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas (BRASIL, 2007, p. 126).

Ao considerar a guerra assimétrica e combate contra forças irregulares, mesmo no ambiente interno, como opção efetiva, além de reforçar a participação na prevenção e combate ao terrorismo, a END delimita amplo campo de atuação para as OpEsp, conforme a própria definição descrita neste capítulo e observada no próprio documento:

Os imperativos de flexibilidade e de elasticidade culminam no preparo para uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica, a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a pretexto de supostos interesses da Humanidade, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia. (BRASIL, 2008, p. 14).

Com a realização de diversos exercícios operacionais no âmbito do MD, observou-se a necessidade de alterar determinados aspectos, em especial a doutrina de atuação das FA do País, de modo a potencializar o aspecto integração das mesmas e assim, maximizar suas possibilidades. Assim, foi criado o cargo de Chefe do Estado-Maior Conjunto das FA (CEMCFA), com a clara intenção de modificar a forma de emprego das FA, por meio de estratégias e capacidades operacionais desenvolvidas, visando acima de tudo à interoperabilidade das FA.

Ao tratar dessas capacidades, o mesmo documento sintetiza o novo pensamento estratégico nacional:

[...] Para atender às Hipóteses de Emprego<sup>7</sup>, integrando forças conjuntas ou não; a manutenção de unidades aptas a compor Forças de Pronto Emprego, em condições de atuar em diferentes ambientes operacionais; a projeção de poder nas áreas de interesse estratégico com estruturas de Comando; a permanência na ação, sustentada por um adequado apoio logístico, buscando ao máximo a integração da logística das três Forças; o aumento do poder de combate, em curto prazo, pela incorporação de recursos mobilizáveis, previstos em lei; e a interoperabilidade nas operações conjuntas. (BRASIL, 2008, p. 41)

Na visão deste autor, nos dias atuais, os exercícios mencionados a cargo do MD são os únicos que permitem a constituição de um comando operacional conjunto e das forças conjuntas, buscando com isso atingir a integração nos diversos níveis de planejamento.

<sup>7</sup> Antevisão de possível emprego das Forças Armadas em determinada situação ou área de interesse estratégico para a Defesa Nacional. É formulada considerando-se o alto grau de indeterminação e imprevisibilidade de ameaças [...]. (BRASIL, 2007, p. 129)

Diante do exposto, e pela prevalência do emprego conjunto preconizada pela END, verifica-se a necessidade da busca de um aprofundamento em sua integração.

### **2.3 As Forças de Operações Especiais no Brasil**

Ressaltada a importância das OpEsp para a END, o aparato brasileiro de Defesa conta com FOpEsp nas FA para atender a demandas operacionais decorrentes das diversas Hipóteses de Emprego previstas nos diversos ambientes, dependendo da dimensão da ameaça.

No Brasil, apesar das similaridades e do intercâmbio constante, as FOpEsp encontram-se enquadradas dentro de cada Força Singular, não existindo desta forma uma orientação comum às FOpEsp das três Forças Armadas (PINHEIRO, 2009).

Para avaliar a interoperabilidade dentro das FOpEsp no Brasil, operando num comando operacional conjunto, é necessário inicialmente descrevê-las, visando um entendimento amplo das características inerentes dentro de cada Força Singular.

#### **2.3.1 As Forças de Operações Especiais na Marinha do Brasil**

Dentre as Forças singulares, a Marinha do Brasil é a única que possui duas unidades de Operações Especiais, o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GruMeC) e o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav), conhecido como Batalhão Tonelero. A diferença básica entre do GruMeC e o BtlOpEspFuzNav está no seu campo de atuação. Enquanto os Elementos de Operações Especiais (ElmOpEsp) do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) atuam em um ambiente iminentemente terrestre, os militares do GruMeC atuam em um ambiente aquático (TECNOLOGIA E DEFESA, 2006).

O GruMeC é subordinado à Força de Submarinos (ForSub) e realiza as mais diversas tarefas de risco em ambientes aquáticos, onde técnicas, táticas e procedimentos específicos são fundamentais em suas equipes. Realizam também tarefas de contraterrorismo, como retomada de plataformas de petróleo e de navios, e resgate de reféns nesses complexos ambientes operacionais (TECNOLOGIA E DEFESA, 2006).

Nas OpAnf, o GruMeC realiza suas ações em prol do Força Tarefa Anfibia (ForTarAnf<sup>8</sup>), em principio na área marítima e nas praias, visando um desembarque bem sucedido da Força de Desembarque (ForDbq<sup>9</sup>).

O curso de formação dos mergulhadores de combate é conduzido pelo Centro de Instrução e Adestramento Almirante Átilla Monteiro Aché (CIAMA), com duração de 41 semanas, divididos em 4 fases, sendo a primeira de adaptação à atividade de OpEsp (PINHEIRO, 2008).

Tratando-se de uma unidade militar altamente especializada, o GruMeC tem necessariamente, diante de si, uma grande variedade de cenários operativos, para os quais deve estar preparado.

A outra unidade de OpEsp na MB é o BtlOpEspFuzNav, sendo uma OM do CFN subordinada à Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE).

O BtlOpEspFuzNav está organizado em uma de Companhia de Comando e Serviço (CCS) e três Companhias de Operações Especiais (CiaOpEsp), sendo a 1<sup>a</sup> CiaOpEsp especializada na atividade de reconhecimento, a 2<sup>a</sup> CiaOpEsp voltada para ações de comandos<sup>10</sup> e a 3<sup>a</sup> CiaOpEs, vocacionada nas ações de contraterrorismo. Tal estrutura permite

---

8 Denomina-se ForTarAnf a Força organizada por Tarefas, composta de Unidades Navais, de Força de Desembarque e de Unidades Aéreas embarcadas, sob o comando de um Oficial da Marinha do Corpo da Armada, destinada a realizar uma operação anfibia. (BRASIL, 2007, p. 01)

9 É a designação genérica dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) destinados à realização das OpAnf. (BRASIL, 2013a, p. 1-1)

10 Operação especial realizada por tropa habilitada, de valor e constituição variáveis, por intermédio de uma infiltração terrestre, aquática ou aérea, contra alvos de valor estratégico, operacional ou crítico, sob o ponto de vista tático, localizados em áreas hostis ou sob controle do inimigo. [ação direta] (BRASIL, 2007, p. 16)

a organização por tarefas específicas, de grupamentos operativos e destacamentos para cumprir qualquer missão de interesse da MB, dentro do contexto de OpEsp (TECNOLOGIA E DEFESA, 2006).

No que se refere à formação especializada, os Comandos Anfíbios, assim denominados os militares de OpEsp do CFN, tem sua formação conduzida no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC). Com duração de 25 semanas, o curso é dividido em três fases bem distintas, com uma fase de adaptação à atividade, uma fase técnica e uma operacional (PINHEIRO, 2008).

A extensa relação das tarefas destas unidades de OpEsp da MB descreve o leque de aplicações operativas previstas, como forma de contribuição para o preparo e aplicação do Poder Naval brasileiro.

Cabe ressaltar que ambas as unidades estão subordinadas a escalões inferiores ao mais alto Comando Operacional da MB, ou seja, ao Comando de Operações Navais (ComOpNav).

A existência na MB de unidades de superfície, aeronavais e submarinas aptas a apoiar as OpEsp, garante uma elevada capacidade para infiltração dos ElmOpEsp nos diversos ambientes de alto risco (PINHEIRO, 2008).

Assim sendo, a contribuição dessas Unidades de OpEsp numa campanha militar, tanto para as tarefas específicas da MB, quanto para a FCjOpEsp, é de fundamental importância, principalmente se somada, ainda, a grande mobilidade estratégica descritas acima.

### **2.3.2 As Forças de Operações Especiais no Exército Brasileiro**

Em entrevista<sup>11</sup>, o General Arruda (2014) afirma que a ameaça terrorista tornou-se possível e provável em qualquer parte do mundo após os atentados de 11 de setembro, levando os principais exércitos a buscarem criar unidades específicas para combater o terrorismo. Diante deste cenário, o Comandante do Exército resolveu criar, em 2002, a Brigada de Operações Especiais (BdaOpEsp), hoje Comando de Operações Especiais (COpEspEB) (ARRUDA, 2014).

Além de Unidades administrativas e de apoio, o COpEspEB é constituído pelo Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOPEsp), responsável pela formação dos militares de OpEsp do Exército Brasileiro (EB), pelo 1º Batalhão de Forças Especiais (1ºBFEsp), especializado na condução de forças paramilitares em operações de guerra irregular, nas operações contra forças irregulares e nas ações de contraterrorismo, pelo 1º Batalhão de Ações de Comandos (1ºBAC), vocacionado nas ações de comandos, pelo Batalhão de Apoio à Informação, antigo Batalhão de Operações Psicológicas, além das Companhias de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear. Observa-se ainda nesta estrutura, uma Companhia de Forças Especiais (3ªCiaFEsp), localizada em Manaus-AM, que possui vinculação operacional com o COpEspEB e subordinação ao Comando Militar da Amazônia (CMA) (BRASIL, 2013c).

De acordo com Arruda (2014), o projeto do COpEspEB foi concebido para estar localizado na região do Camboatá-RJ. Porém logo foi alterado e teve a sua implantação no núcleo central brasileiro, na cidade de Goiânia-GO. Desta forma, a localização central facilita as ligações e coordenações no nível político, dá mais rapidez e facilita os deslocamentos estratégicos. Afirma ainda que o COpEspEB faz parte ou constitui uma Força Componente,

---

11 Entrevista semi-estruturada concedida pelo General-de-Brigada Júlio Cesar de Arruda, Comandante do Comando de Operações Especiais (COpEsp) a este pesquisador, no Rio de Janeiro-RJ, em 02 de julho de 2014 e que constitui o APÊNDICE D.

no nível estratégico, diretamente subordinado ao mais alto escalão enquadrante, no mesmo nível das Forças Terrestre, Naval e Aérea componentes de um Teatro de Operações (TO) (ARRUDA, 2014).

Deste modo, a integração das unidades de OpEsp do EB, no COpEspEB, possibilita à Força Terrestre a garantia no emprego das inúmeras demandas de OpEsp nos mais variáveis cenários dentro da campanha militar, além de contribuir sobremaneira nas tarefas da FCjOpEsp, por ocasião da ativação do TO.

### **2.3.3 As Forças de Operações Especiais na Força Aérea Brasileira**

No que se refere às suas FOpEsp, a Força Aérea Brasileira (FAB) possui o Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS). A Unidade está localizada em Campo Grande-MS, sendo administrativamente subordinada à Base Aérea de Campo Grande (BACG) e, operacionalmente vinculado à Segunda Força Aérea (II FAe), cuja tarefa principal é prover apoio às demais Forças, realizando ações aéreas de cunho tático (BRASIL, 2013d).

A missão do EAS é realizar OpEsp e *Combat - Search and Rescue (C-SAR)*<sup>12</sup>. Seu adestramento especializado o torna apto à realizar ações de comandos e reconhecimento, de caráter limitado, mas com a grande capacidade de prover apoio às FOpEsp por intermédio da realização das Operações Especiais Aéreas (OpEspAe<sup>13</sup>) (PINHEIRO, 2008).

Em que pese a menor capacidade de realizar OpEsp singularmente, em função dos menores efetivos designados, a FAB tem contribuição relevante na integração da OpEsp no Brasil, principalmente quando é constituída a FCjOpEsp, elevando a capacidade no

---

12 C-SAR: da sigla em inglês *Combat Search And Rescue*, são definidas no MD35-G-01 como o conjunto de missões coordenadas e sob comando único, com a finalidade de resgatar tripulantes abatidos ou acidentados em ambiente hostil (BRASIL, 2007).

13 OpEspAe, segundo o MD-35-G-01, constituem o universo operacional das atividades destinadas ao emprego da Força Aérea em ambiente com características não convencionais e para o qual são exigidos conceitos diferentes dos empregados nas demais operações da Força Aérea (BRASIL, 2007).

planejamento e emprego deste comando conjunto nas tarefas de características inerentes das Operações Aéreas.

Nesse contexto, observa-se uma identidade própria das OpEsp no Brasil, seu amplo emprego e as inúmeras possibilidades de combinação nas mais diversificadas condutas operacionais. O organograma das FOpEsp, com todas as unidades descritas acima, pode ser observado no APÊNDICE A.

Reconhecendo a crescente demanda pelas OpEsp ditada pela atual conjuntura de segurança, defesa e pela prevalência do emprego conjunto, verifica-se a necessidade da busca de um aprofundamento em sua integração.

Nesse contexto, será descrito no capítulo seguinte a constituição de alguns modelos de integração de OpEsp no mundo, dando um maior enfoque na integração das FOpEsp estadunidenses e chilenas. O primeiro modelo pela estrutura já consolidada empregada nos recentes conflitos, e o segundo pela similaridade com as capacidades operacionais das FA do Brasil.

### **3 MODELOS DE ESTRUTURAS INTEGRADAS DE FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS**

Muito embora as OpEsp possam ser executadas por elementos especializados de uma única Força Singular, as mais recentes e bem-sucedidas experiências demonstram que a probabilidade de êxito é intensivamente incrementada quando conduzidas como Operações Conjuntas. (PINHEIRO, 2008)

Esta assertiva acima pode ser corroborada com o manual MD-30-M-01 Doutrina de Operações Conjuntas (BRASIL, 2011) , que afirma sobre a baixa probabilidade de uma FA ser empregada singularmente em uma campanha militar, sendo fundamental a combinação de seus meios e esforços indispensável para o máximo rendimento.

Considerando ainda o grande aumento da demanda de FOpEsp, em função das crescentes demandas dos conflitos recentes, fica evidenciado cada vez mais a busca para maximizar a capacidade operacional destas Forças, com o propósito de operar de maneira conjunta em proveito da campanha de um TO, ficando diretamente subordinadas ao seu comando.

Será abordado neste capítulo os modelos de integração das Unidade de OpEp estadunidense e o chileno, sendo o primeiro por ser um dos precursores na integração de FOpEsp no mundo e ainda ter sido amplamente empregado nos recentes combates no Afeganistão e Iraque, permitindo ampla amostragem de experiências reais para corroborar sua eficiência. Já o modelo chileno, por apresentar as capacidades no campo militar semelhantes ao nosso país, e pela constante prontidão operativa, motivada por conta dos resquícios de conflitos históricos ocorridos com o Peru, no caso da Guerra do Pacífico<sup>14</sup> e com a Argentina, no conflito de Beagle<sup>15</sup> , e que hoje geram grande preocupação para a sua Defesa.

---

14 A Guerra do Pacífico foi um conflito ocorrido entre 1879 e 1883, confrontando o Chile às forças conjuntas da Bolívia e do Peru.

15 O Conflito de Beagle envolveu uma região que divide a Argentina e o Chile na Terra do Fogo, o Estreito de Beagle.

### 3.1 *O United States Special Operations Command*

As FOpEsp dos Estados Unidos da América (EUA) transformaram-se, significativamente, nos últimos oito anos, principalmente pelas exigências das operações *Enduring Freedom (OEF)*, no Afeganistão, e *Iraqi Freedom (OIF)*, no Iraque. Essa transformação englobaram vários aspectos inerentes das OpEsp, tais como recursos humanos, estrutura, orçamento, treinamento, equipamento e aquisições, operações e educação. Outrossim, as FOpEsp dos EUA, neste século, têm se caracterizado pelo crescente e forte relacionamento com forças convencionais e outras agências do governo. (PINHEIRO, 2009)

A causa principal da alteração da estrutura, e até mesmo de mudança de mentalidade, teve seu início no contundente fracasso da Operação *Eagle Claw*<sup>16</sup>, na tentativa de resgatar os reféns estadunidenses no Irã. Esta Operação expôs uma série de deficiências das FOpEsp dos EUA. Devido à grande repercussão negativa dessa operação, foi criada uma comissão para analisar e propor melhorias a serem implementadas na área de OpEsp. O relatório final desta comissão, chamado de Relatório Holloway, deu origem ao USSOCOM<sup>17</sup>, em 1987. Neste documento, foi analisado especialmente a ausência de centralização no planejamento da operação. O Relatório também atentou para o elevado grau de sigilo empregado pelos responsáveis na operação, o que impediu uma necessária troca de informações entre os militares dos quatro serviços: Exército, Força Aérea, Marinha e Marines.

A Comissão Holloway julgou que o preparo para a operação foi adequado, apesar da ausência

16 Operação Eagle Claw ou Operação Evening Light foi uma ação militar desenvolvida pelos EUA, que tinha como missão o resgate de 53 reféns norte-americanos mantidos na Embaixada dos Estados Unidos da América em Teerã, Irã, em 24 de abril de 1980. A tentativa foi abortada quando três helicópteros que faziam parte da operação foram avariados por uma tempestade de areia e forçados a retornar ao porta-aviões USS Nimitz. Quando a força norte-americana preparava-se para sair do território iraniano, um acidente envolvendo uma aeronave C-130 Hércules e os helicópteros remanescentes acarretou a morte de oito militares.

17 USSOCOM é a sigla em inglês para *United States Special Operations Command*, que designa o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos da América, estrutura integradora de FOpEsp daquele Estado, e cuja missão é prover capacidade total de OpEsp para defender os EUA e seus interesses. (USSOCOM, 2013)

de um exercício conjunto da operação em sua totalidade, o que seria útil operacionalmente. Também notou que, em não utilizar uma FT existente, perdeu-se tempo na montagem de uma estrutura de Estado-Maior Conjunto (EMCj) na seleção das unidades e treinamento específico da força que iria cumprir a missão. Uma FT já existente poderia proporcionar uma estrutura operacional e um expertise profissional capaz de ser rapidamente constituída. Por fim, a Comissão fez duas recomendações principais: primeiro, a criação de uma FT para conter o terrorismo, sob as ordens diretas do EMCj. Segundo: que deveria ser estabelecido, sob o EMCj, um grupo de assessores em OpEsp que tivessem uma competência reconhecida nessa área.

Todas estas deficiências foram debatidas com o propósito de fornecer aos EUA uma organização integradora de FOpEsp capaz de, em curto período de tempo, ser empregada de forma conjunta, com a eficiência exigida pelas OpEsp (COGAN, 2003).

Diante dos acontecimentos citados acima, corroborados ainda com inúmeras outras deficiências ocorridas na Operação *Urgent Fury*<sup>18</sup>, em Granada, 1983, foram dados os primeiros passos para uma integração, ainda de maneira isolada dentro de cada FA, que tinham como objetivo dirimir as principais deficiências e ainda aperfeiçoar aspectos relacionados a interoperabilidade e padronização de doutrina e equipamentos, além do monitoramento da formação e preparo dos ElmOpEsp.

Atualmente, o USSOCOM tem sob seu comando todas as FOpEsp dos EUA e ainda controla a doutrina, o treinamento e o orçamento (EUA, 2012).

Integram o USSOCOM: o JSOC - *Joint Special Operations Command* (Comando Conjunto de OpEsp), o USASOC - *US Army Special Operations Command* (Comando de OpEsp do Exército), o NAVSPECWARCOM - *Naval Special Warfare Command* (Comando

---

18 A Operação foi uma ação militar em Granada por forças militares dos Estados Unidos e outros países, em resposta ao golpe de estado.

de OpEsp da Marinha), o AFSOC - *Air Force Special Operations Command* (Comando de OpEsp da Força Aérea) e o MARSOC - *Marine Corps Forces Special Operations Command* (Comando de OpEsp do Corpo de Fuzileiros Navais) (EUA, 2012).

Pode-se concluir que esta nova estruturação culminou em uma grande mudança, principalmente no fortalecimento do papel do EMCj e nas Operações Conjuntas estadunidense. Esse tipo de estrutura permanente e com forças adjudicadas, em geral, é melhor adaptada ao uso das FOpEsp na consecução da manobra estratégica e onde o enfoque não se prende ao emprego conjunto, mas, também, à possível aplicação de forças em estruturas multiestatais (PINHEIRO, 2012).

### **3.2 O Comando de Fuerzas Especiales de La Armada del Chile**

No Chile, as estruturas de FOpEsp, embora não estejam integradas conjuntamente, estão reunidas no âmbito de cada FA, e subordinadas a seus Comandos Operacionais.

Como exemplo de integração realizada dentro da própria força, a Marinha chilena criou, em 2006, do Comando de Fuerzas Especiales de La Armada, reunindo as duas unidades de OpEsp da Marinha chilena, os *Buzos Tácticos e dos Comandos de Infantería de Marina* (CHILE, 2013).

O Comando de Fuerzas Especiales de La Armada é caracterizado pelo emprego pequenas equipes altamente qualificadas de onde são planejadas e executadas as ações, tanto do nível estratégico como operacional. A execução de uma gama variada de tarefas inerentes de OpEsp fornecem ao mais alto nível operacional a flexibilidade necessária na condução de um conflito armado.

A integração dos *Buzos Tácticos e dos Comandos de Infantería de Marina* proporcionou à Armada chilena um aumento de suas capacidades operacionais,

principalmente na execução, planejamento e na condução de ações de comandos, reconhecimentos e ações de contraterrorismo, e com isso contribuindo sobremaneira para a alcançar os efeitos estratégicos planejados pela Força Naval (CHILE, 2008). O organograma do Comando de Fuerzas Especiales de La Armada del Chile, com todas as unidades descritas acima, pode ser observada no APÊNDICE B.

A decisão chilena de agregar as FOpEsp e seu posicionamento hierárquico imediatamente abaixo dos Comandos Operacionais de cada FA evidenciam o aumento da relevância dada às OpEsp e a busca por sua inserção à manobra do mais alto nível decisório, onde se visualizam os efeitos estratégicos das operações (PINHEIRO, 2012).

### **3.3 A Estrutura da Força Conjunta de Operações Especiais no Brasil**

Em nosso país, o instrumento principal, por meio do qual as FA desenvolvem sua flexibilidade estratégica e tática, é o trabalho coordenado entre os comandos das FA, que devem aperfeiçoar as orientações operacionais em conjunto, como forma de aprofundar suas capacidades. A referência para essa coordenação é a colaboração entre o Estado-Maior de cada força com EMCj, no estabelecimento e no aprimoramento da interoperabilidade (BRASIL, 2011).

No Brasil, a interoperabilidade tem-se manifestado por meio da constituição de uma FCjOpEsp que, qualquer que seja o ambiente operacional em presença, são organizadas para o cumprimento de missões específicas e integradas por ElmOpEsp das Forças Terrestre, Naval e Aérea.

Com isso, deverá ser considerado, no momento de definir qual o tipo de estrutura a ser adotada, as vantagens e as desvantagens de emprego de forças singulares e/ou conjuntas, as características de cada área de responsabilidade, a natureza das ações a serem

empreendidas, as possibilidades ou limitações de apoio mútuo entre os escalões subordinados e do apoio logístico. O foco deverá estar, sempre, no cumprimento da sua missão da forma mais eficiente possível.

Cabe observar que, embora o planejamento seja conjunto e a sinergia das ações seja uma meta a ser buscada, para resguardar os princípios da simplicidade e economia de meios, cada meio adjudicado deve ser empregado de acordo com o seu tipo de preparo, englobando aí aspectos doutrinários, de adestramento e de equipamento.

A criação da FCjOpEsp ativada mesmo que temporariamente, contribuiu para a incorporação definitiva à manobra dos mais altos escalões envolvidos, sendo ainda significativo enfatizar que se atribui seus comandos a oficiais gerais daquela FA mais familiarizada com o ambiente geográfico da operação (PINHEIRO, 2012).

### **3.4 A FCjOpEsp e as Operações Anfíbias**

Com a finalidade de realizar reconhecimentos e ações diretas em prol do Comando do Teatro de Operações (ComTO), otimizando o emprego dos ElmOpEsp, a FCjOpEsp tem a possibilidade de realizar Operações de Apoio à Força Naval Componente, onde a ForTarAnf faz parte ou até nucleia. Essas operações podem ser de reconhecimentos distantes e profundos que apoiarão o planejamento e a execução das OpAnf, como por exemplo, o reconhecimento de Zonas de Desembarque (ZDbq). Pode ainda, apoiar os elementos de reconhecimento ou ações de comandos orgânicos da ForTarAnf nas suas infiltrações, até com meios não convencionais. Soma-se a essas possibilidades a de realizar ações de comandos em objetivos estratégicos e /ou operacionais fora da Cabeça de Praia (CP), contribuindo para uma diversão tática ou até para retardar ações inimigas no interior da CP. Apesar do êxito no emprego conjunto, ainda é fundamental manter equipes de

reconhecimento, compondo Força Avançada (FAv<sup>19</sup>) ou não, para suprir as necessidades específicas da Força de Desembarque (ForDbq<sup>20</sup>) e interagindo, desde o planejamento, com suas peças de manobra, garantindo o conhecimento dos “modus operandi” e mantendo o caráter expedicionário dos Fuzileiros Navais do Brasil.

Outro ponto importante é a grande diversidade de ambientes operacionais em nosso país, o que avulta de importância o emprego de FOpEsp de modo mais integrado possível, sendo até mesmo uma condição indispensável para o cumprimento das missões com sucesso.

Destarte, os exercícios simulados a cargo do MD tem servido para comprovar que a FCjOpEsp, subordinadas ao Comando do Teatro de Operações (ComTO), realmente, otimiza o emprego de OpEsp, em especial com a realização das diversas missões inerentes, em consonância com os objetivos estratégicos e /ou operacionais.

---

19 Esta organização é um grupo subordinado à ForTarAnf, que precede o seu corpo principal na AOA. Destina-se a preparar a ADbq para o assalto, pela condução de ações de reconhecimento, bombardeio preliminar, minagem e contra-minagem, demolição submarina e operações aéreas. (BRASIL, 2013a, p. 1-1)

20 É a designação genérica dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) destinados à realização das OpAnf. (BRASIL, 2013a, p. 1-1)

#### **4 PROPOSTA DE UMA ESTRUTURA INTEGRADA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NA MARINHA DO BRASIL**

Como descrito no capítulo 3, a integração das estruturas de FOpEsp no modelo estadunidense proporcionou a constituição de uma Força mais abrangente e com ampla capacidade operacional, e se tornando o principal comando na coordenação dos esforços de guerra (RUMSFELD, 2012).

Porém, o modelo apresentado até mesmo pela estatura militar que o Estados Unidos da América (EUA) possui, não pode num primeiro momento, servir como exemplo na busca pela interoperabilidade entre as nossas FOpEsp, devido, principalmente, aos tipos e quantidade de demandas de ambos os Estados, além das questões orçamentarias e de emprego de meios existentes.

Por outro lado, o Chile apresenta um modelo de estrutura que melhor representa, numa fase inicial, a possibilidade de uma integração das FOpEsp na MB, sendo primordial que, primeiramente, esta integração esteja consolidada dentro das Força singulares do país, para posteriormente alcançar a integração dentro de uma FCjOpEsp permanente.

Nesse cenário, o EB já integrou suas tropas de OpEsp no COpEspEB. O General Arruda afirma que a ameaça terrorista tornou-se possível e provável em qualquer parte do mundo após os atentados de 11 de setembro, levando os principais países a criarem unidades específicas para combater o terrorismo. Sendo assim, a implantação do COpEspEB está fundamentada numa real medida de dissuasão estratégica, pois inibe a intenção de algum autor em planejar um atentado terrorista em nosso território (ARRUDA, 2014).

A FAB possui apenas uma tropa considerada de OpEsp, o EAS, portanto não é lógico falar em integração. Mais uma vez, porém, é significativo ressaltar a importância da FAB buscar a criação de unidades de OpEsp em seus esquadrões de aeronaves, visando aprimorar o apoio às OpEsp, na busca pela capacidade de mobilidade estratégica.

No caso da MB, suas tropas de OpEsp ainda permanecem isoladas em comandos distintos, tendo o BtlOpEspFuzNav subordinado à FFE e o GruMeC, subordinado à ForSub.

O propósito deste capítulo é apresentar uma proposta de estrutura integrada de OpEsp para MB, denominado por este autor de Comando Naval de Operações Especiais (CNOpEsp), e que diante do novo cenário do emprego conjunto, terá como propósito assessorar o planejamento, preparo e emprego de tropas de OpEsp, junto ao ComOpNav. Além disso, será abordado as considerações sobre a proposta de estruturação e principalmente a contribuição que esta nova estrutura trará no aumento da capacidade operacional das tropas de OpEsp da MB.

#### **4.1 Estrutura organizacional**

As OpEsp são caracterizadas tanto por simplicidade quanto por complexidade, por sutileza e imaginação, pelo uso discriminado de violência, e por supervisão do mais alto nível (TUGWELL, 1984).

Nesse contexto, a assertiva acima visa atender a grande parte destes requisitos na elaboração da estrutura organizacional deste comando. Nesse sentido, a proposta de um Comando Naval de OpEsp estará subordinado diretamente ao ComOpNav, e em tese, será responsável pelo planejamento das missões vocacionadas para as tropas de OpEs da MB e da mesma forma será responsável por assessorar o ComOpNav quanto à doutrina de OpEsp e por realizar gestões e ações que contribuam para aprimorar o preparo e o emprego das Unidades de OpEsp da MB, sem que essas percam o que têm de mais significativo: suas identidades e competências.

No mesmo contexto, na entrevista<sup>21</sup> concedida pelo Comandante do BtlOpEspFuzNav,

---

21 Entrevista semi-estruturada concedida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Claudio Eduardo Silva Dias, Comandante do Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais a este pesquisador, no Rio de Janeiro-RJ, em 02 de julho de 2014 e que constitui o APÊNDICE F.

o Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG) Eduardo afirma que um Estado-Maior capacitado e devidamente constituído por Comandos Anfíbios e Mergulhadores de Combate eleva o nível de assessoramento nas mais variadas demandas de emprego de OpEsp nas Operações da Força Naval (DIAS, 2014).

O entrevistado cita, ainda, a possibilidade de participar deste Estado-Maior militares aviadores navais, devido à importância do emprego destes meios nas OpEsp. Ainda que não subordinado administrativamente, um Esquadrão de Helicópteros vocacionado em operar com as tropas de OpEsp constitui um importante vetor operacional, garantindo a mobilidade estratégica necessária para o emprego da Força Naval de OpEsp (DIAS, 2014).

Diante dos fatos apresentados, a proposta de estrutura organizacional desse comando terá em sua composição um Estado-Maior, do Batalhão de Operações Especiais (BtlOpEsp), habilitado à realização de OpEsp do método direto, mormente, as ações de comandos e o contraterrorismo; de um Batalhão de Reconhecimento (BtlRecon), voltado para atender as demandas de reconhecimentos da Força Naval e da FCjOpEsp, quando ativada.

Esta necessidade é reforçada pela entrevista<sup>22</sup> do Almirante Nelio, afirmando que decorrente da própria experiência de centralização no BtlOpEspFuzNav das antigas Companhias de Reconhecimento Terrestre e Anfíbio, a prática resultou na significativa redução da capacidade de reconhecimento dos Grupamentos Operativos (ALMEIDA, 2014).

Ainda nesse contexto, a proposta contemplará, ainda, o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GruMeC), voltado aos métodos diretos, principalmente, nas tarefas de reconhecimento de praia, ações de comandos, e contraterrorismo, atuando predominantemente num ambiente operacional iminentemente aquático; de uma Companhia de Apoio às Operações Especiais, com o propósito de prover o fluxo logístico. Para a

---

22 Entrevista semi-estruturada concedida pelo Contra-Almirante (FN) (RM1) Nelio de Almeida, Comandante Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais a este pesquisador, no Rio de Janeiro-RJ, em 18 de julho de 2014 e que constitui o APÊNDICE E.

formação dos militares de OpEsp esta proposta contempla, ainda, em sua estrutura, um Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOpEspMB). A proposta do organograma do Comando Naval de OpEsp, com todas as unidades descritas acima, pode ser observada no APÊNDICE C.

Cabe ainda ressaltar que a rapidez na projeção do poder depende, absolutamente, da existência de meios de transporte militares orgânicos eficientes e avançados, que deverão estar disponíveis no momento oportuno, em quantidade suficiente e completamente sincronizados e adestrados com as tropas que irão transportar. Nesse contexto, a proposta contempla ainda um Esquadrão de Apoio às OpEsp (EsqHeApOpEsp), unidade de aviação voltada especificamente para apoio às OpEsp do CNOpEsp, tendo dupla subordinação, ou seja, administrativamente subordinada ao Comando da Força Aeronaval (ComForAeNav) e para fins operacionais ao novo comando proposto.

Desse modo, a integração destas unidades possibilita à Força Naval a garantia no emprego das inúmeras demandas de OpEsp, nos mais variáveis cenários dentro da campanha naval, além de contribuir sobremaneira nas tarefas da FCjOpEsp, por ocasião da ativação do TO.

#### **4.2 Ilações sobre a proposta de criação do Comando Naval de Operações Especiais**

A integração das tropas de OpEsp da MB em um comando único tem o potencial de aperfeiçoar sua interoperabilidade, por exemplo, por meio do aumento de efetivo para atender as demandas de OpEsp, da existência de um Estado-Maior voltado para ao atendimento das necessidades em OpEsp, a padronização de doutrinas, procedimentos, equipamentos, e ainda da subordinação ao mais alto nível.

Dessarte, o CMG (FN) Eduardo afirma que a centralização das atividades, o

acesso direto ao ComOpNav e a estrutura inteiramente dedicada às OpEsp traz grande progresso para nossas forças (DIAS, 2014). Esta percepção é compartilhada na entrevista<sup>23</sup> com o Capitão-de-Fragata Diller, comandante do GruMeC, afirmando que é imprescindível a criação de um Comando de OpEsp na MB, a fim de prover o preparo e o emprego eficiente das unidades de OpEsp da MB (JUNIOR, 2014).

Em relação aos recursos humanos empregados, observa-se nos dias atuais a grande dificuldade na formação de ElmOpEsp para atender as demandas operacionais. Este fato fica evidenciado quando o General Arruda afirma que o número de especialistas em OpEsp no EB está muito aquém do necessário, existindo inúmeros cargos previstos que não estão sendo ocupados pela falta de especialistas, em especial entre os praças. O mesmo entrevistado afirma que com a reestruturação das unidades de OpEs do EB houve um aumento substancial, quantitativo e qualificativo, de cargos a serem formados e preenchidos. Evidencia, ainda, que esta formação vem sendo feita com muito critério, sem nunca abrir mão da qualidade dos soldados que estão servindo nas unidades de OpEsp (ARRUDA, 2014). Os mesmos problemas de recursos humanos são evidenciados na MB quando o CMG (FN) Eduardo afirma que a realidade hoje no BtlOpEspFuzNav, apesar de ter um efetivo bem próximo à sua lotação, não conta com elementos especializados em número adequado para o cumprimento de suas tarefas, considerando como sendo atualmente a principal dificuldade, sobrecarregando desta forma os militares especializados na execução de suas tarefas (DIAS, 2014).

Diante dos aspectos mencionados acima, percebe-se que, ao integrar estas unidades, é possível minimizar as deficiências no emprego dos escassos recursos humanos em atender as demandas de OpEsp.

---

23 Entrevista semi-estruturada concedida pelo Capitão-de-Fragata (CF) Diller de Abreu Junior, Comandante do Grupamento de Mergulhadores de Combate (GruMeC) a este pesquisador, no Rio de Janeiro-RJ, em 02 de julho de 2014 e que constitui o APÊNDICE G.

Atualmente, a formação dos militares de OpEsp da MB é realizada separadamente, e que em ambas as Unidades de OpEsp verifica-se uma fase de formação comum na adaptação à atividade de OpEsp. Nesse contexto a formação destes militares em um único Centro de Instrução contribui para aumentar a integração, criando deste cedo nos ElmOpEsp a mentalidade de emprego conjunto e, conseqüentemente, e a interoperabilidade destas Unidades.

Além disso, padronização de doutrinas, procedimentos e equipamentos é outro aspecto a ser considerado. Cabe ressaltar que o ambiente operacional é praticamente a única distinção entre essas tropas; e estes aspectos mencionados são ou deveriam ser comuns a ambas, facilitando inclusive na otimização dos escassos meios empregados, tanto na formação quanto no preparo das FOpEsp da Força Naval.

O Almirante Nelio afirma que a doutrina referente as OpEsp no CFN é aprovada pelo ComGerCFN, antes assessorado pelo Departamento de Pesquisa e Doutrina do Comando-Geral do CFN, e agora pelo Comando do Desenvolvimento Doutrinário do CFN (CDDCFN) (ALMEIDA, 2014).

Diante deste fato, pela importância e pela dimensão que as OpEsp representa no contexto de um conflito, não existe um núcleo de pesquisa e doutrina para a atividade de OpEsp, voltado especificamente para a pesquisa de doutrinas e material de OpEsp na MB. Esta lacuna pode ser mitigado com a criação no próprio CNOpEsp de um Estado-Maior com a capacidade de propor a elaborar novas doutrinas na área de OpEsp.

Nesse contexto, o General Arruda ratifica ao afirmar ainda que, diferentemente do COpEspEB, por não possuir um Estado-Maior adequado para o planejamento, execução, coordenação e supervisão uma operação de maior vulto, estas duas Unidades Operacionais da MB apresentam algumas dificuldades nas operações em grandes eventos (ARRUDA, 2014).

A percepção na MB em relação ao aspecto mencionado acima é muito semelhante. O CMG (FN) Eduardo (2014) afirma que a vantagem da constituição de um Estado-Maior próprio de ElmOpEsp é a objetividade no planejamento e no emprego das FOpEsp, estando dedicado, exclusivamente, a estas tarefas, permitindo ainda o assessoramento direto ao mais alto nível sobre as possibilidades e limitações da Força. Isso se reflete no correto emprego de suas Forças, tanto do ponto de vista operacional como também no necessário apoio logístico, crítico e complexo em se tratando de FOpEsp (DIAS, 2014).

O entrevistado afirma ainda que, com a criação de um Comando de OpEsp na MB será facilitado as coordenações e a interoperabilidade com o COpEspEB.

Outro ponto a mencionar é a subordinação ao mais alto nível operacional. Este requisito garante que o comando proposto terá sempre o seu preparo e emprego valorizados e priorizados. O general Arruda afirma que o ganho do COpEspEB em estar subordinado ao Comando de Operações Terrestre (COTER) garante o recebimento de prioridade e atenção do Comando do EB, servindo como instrumento de dissuasão estratégica do Brasil, sendo um dos únicos Comandos de Forças de OpEsp na América do Sul (ARRUDA, 2014).

Diante de todos os aspectos apresentados acima, é indubitável que tropas compostas integralmente por militares profissionais, equipadas e adestradas para atuarem em grande profundidade no território inimigo e mantendo um elevado nível de pronto operacional necessitam estarem integradas numa força de pronto emprego excepcionalmente eficaz, cuja experiência, flexibilidade e versatilidade são aplicáveis e determinantes em quaisquer tipos de conflito.

## 5 CONCLUSÃO

O sucesso na condução de OpEsp repousa na proficiência individual e no emprego de pequenas unidades, em uma especialização múltipla e em habilidades de combate, não-convencional, aplicadas com adaptabilidade, improvisação e inovação.

Se verifica ainda, a sua importância no campo de batalha e a sua crescente demanda nos conflitos modernos, principalmente nos de natureza assimétrica, particularmente conduzida por atores não estatais irregulares.

As OpEsp são conduzidas por forças militares, especialmente organizadas, adestradas e equipadas, visando a alcançar objetivos políticos, econômicos, psicossociais ou militares por intermédio do emprego de meios militares convencionais ou não-convencionais, em áreas hostis ou sob controle do inimigo, nas situações de crise, de conflito armado ou de guerra.

Tomando esta acepção como referência, observa-se uma identidade própria das OpEsp, seu amplo emprego e as inúmeras possibilidades de combinação nas suas mais diversificadas condutas operacionais, sendo sua aplicação conjunta fundamental para conquistas dos objetivos definidos pela PND.

Aliado a isso, a END busca medidas com o propósito de solidificar o emprego conjunto sendo, dentro dos eixos estruturantes, a organização das FA o fator que melhor sintetiza a busca pela interoperabilidade no emprego das OpEsp em Operações Conjuntas.

As Operações simuladas a cargo do MD fundamentam o emprego otimizado de OpEsp organizada numa FCjOpEsp, e subordinada ao nível mais alto de condução de um conflito em um TO, consolidando a tendência mundial de empregar os ElmOpEsp em estruturas integradoras.

Esta orientação pode ser comprovada pelo estudo dos ensinamentos obtidos resultante de modelos de integração de outros países já consolidados, tais como o modelo

estadunidense e chileno, onde é possível levantar diversas possibilidades de aperfeiçoamento na organização das FOpEsp, servindo de base para melhor orientar e desenvolver a nossa capacidade de integração e compreender as fases de sua implementação.

Considerando as peculiaridades das Unidades de OpEsp no Brasil, não se pretende que, ao incrementar a interoperabilidade nas FOpEsp, percam-se ou minimizem-se as suas características específicas, ao contrário, elas terão como resultante um aumento na eficiência operacional dos elementos de OpEsp, haja visto a grande diversidade de ambientes operacionais existentes em nosso território.

Nesse contexto, para promover ou aperfeiçoar a integração das OpEsp no Brasil, é preciso analisar seu processo em cada força singular. Desta forma, o EB já iniciou este movimento com a criação do COpEspEB, subordinado ao COTER, mantendo, desta forma, um elevado nível de pronto operacional e valorizando sobremaneira seu preparo e emprego.

Já a FAB possui apenas uma Unidade de OpEsp, mas torna-se primordial o aprimoramento de técnicas de infiltração e o desenvolvimento de doutrinas nos seus esquadrões voltadas para o apoio às OpEsp.

Tendo em vista do que foi apresentado neste trabalho, este autor entende que ao criar um comando único de OpEsp, com seu Estado-Maior devidamente constituído por ElmOpEsp e orientado pelos conceitos de emprego conjunto preconizado na END, proporcionará, não somente no campo militar, mas também no político, um aumento da capacidade operacional das FOpEsp da MB e as múltiplas possibilidades de emprego de suas Forças. O processo gradual desta integração oferecerá o aprimoramento da interoperabilidade e sua prontidão operacional sem comprometer as características operacionais inerentes de cada unidade. O primeiro reflexo desse incremento da interoperabilidade será a otimização, dentro da MB, da utilização dos escassos recursos humanos, meios e materiais de OpEsp.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nelio. *A Força Conjunta de Operações Especiais: Vantagens e desvantagens para a Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro. 2014. Entrevista não estruturada fornecida a Aristone Leal Moura e José Mauro Lourenço Junior em 18 de julho de 2014. 60 minutos.

ARRUDA, Júlio Cesar. *A Força Conjunta de Operações Especiais: Vantagens e desvantagens para a Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro. 2014. Entrevista não estruturada fornecida ao C-EMOS 2014 em 06 de julho de 2014. 60 minutos.

BRASIL. Decreto no 5484, de 30 de junho de 2005. *Política de Defesa Nacional*, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01. *Glossário das Forças Armadas*. Brasília-DF. 4ª Edição. 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD-30-M-01. *Doutrina de Operações Conjuntas*. Brasília. 2011.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN 0-1. Manual de fundamentos de fuzileiros navais*. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2013a.

BRASIL. Aeronáutica. *Organograma*. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=organograma>>. 2013b. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. Exército. *Organograma*. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/estrutura-organizacional>>. 2013c. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. Marinha. *Organograma*. Disponível em <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/organograma/organograma.html](http://www.mar.mil.br/menu_v/organograma/organograma.html)>. 2013d. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas*. Brasília. 2013e. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes04/emcfa.png>. Acesso em: 02 junho 2014.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. *Comando de Operações Aéreas (COMGAR)*. 2013f. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=comgar>. Acesso em: 28 junho 2014.

CHILE. Armada de Chile: *Doctrina de Operaciones Conjuntas*, DNC 3-4. 2008.

CHILE. Armada de Chile: *la Marina de todos los chilenos*. 2013a. Disponível em: [http://www.armada.cl/prontus\\_armada/site/artic/20090123/pags/20090123122834.html#T6](http://www.armada.cl/prontus_armada/site/artic/20090123/pags/20090123122834.html#T6). Acesso em: 07 jul. 2014.

DIAS, Claudio Eduardo Silva. *A Força Conjunta de Operações Especiais: Vantagens e*

*desvantagens para a Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro. 2014. Entrevista não estruturada fornecida a Aristone Leal Moura e José Mauro Lourenço Junior em 07 de julho de 2014. 60 minutos.

EUA. Department of Defense. United States Special Operations Command. History of the United States Special Operations Command. 6ª Ed. Tampa. Progressive Management, 2012.

FERRO, Francisco. *As Operações Especiais da Marinha do Brasil*. In: Tecnologia & Defesa, V.16/2006. São Paulo. Tecnodefesa Editoria. 2006. pp. 03-34.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual de Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8.ed. Belo Horizonte. UFMG, 2007.

GOGAN, Charles G. “Desert One and Its Disorders”. In: The Journal of Military History, Vol 67, Jan. 2003, pp. 201-216.

GRAY, Colin S. Another Bloody Century: *Future Warfare*. London: Phoenix, 2006.

JUNIOR, Diller de Abreu. *A Força Conjunta de Operações Especiais: Vantagens e desvantagens para a Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro. 2014. Entrevista não estruturada fornecida a Aristone Leal Moura e José Mauro Lourenço Junior em 07 de julho de 2014. 60 minutos.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. Apresentação. In: DUNNIGAN, James F. *Ações de Comandos: Operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana*. Rio de Janeiro: BIBLIEX. 2008.

PINHEIRO, Alvaro de Souza Filho. *As Forças Especiais nas operações de amplo espectro no Iraque e os possíveis reflexos para a doutrina de emprego do Exército Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. *Knowing your partner: the evolution of brazilian Special Operations Forces*. Flórida. Joint Special Operations University, 2012.

RUMSFELD, Donald H. “Transforming the Military”. In: Foreign Affairs, Vol.81, May/Jun 2002, pp. 20-32.

TUGWELL, Maurice. *Special Operations and the Threats to United States Interests in the 1980s*. In: BARNETT, Frank R: Special Operations in US Strategy. Washington: National Defense University Press, 1984, pp. 27-43.

## APÊNDICE A

### ORGANIZAÇÃO DAS FOpEsp DO BRASIL

#### 1. DISTRIBUIÇÃO DAS FOpEsp NO MINISTÉRIO DA DEFESA:

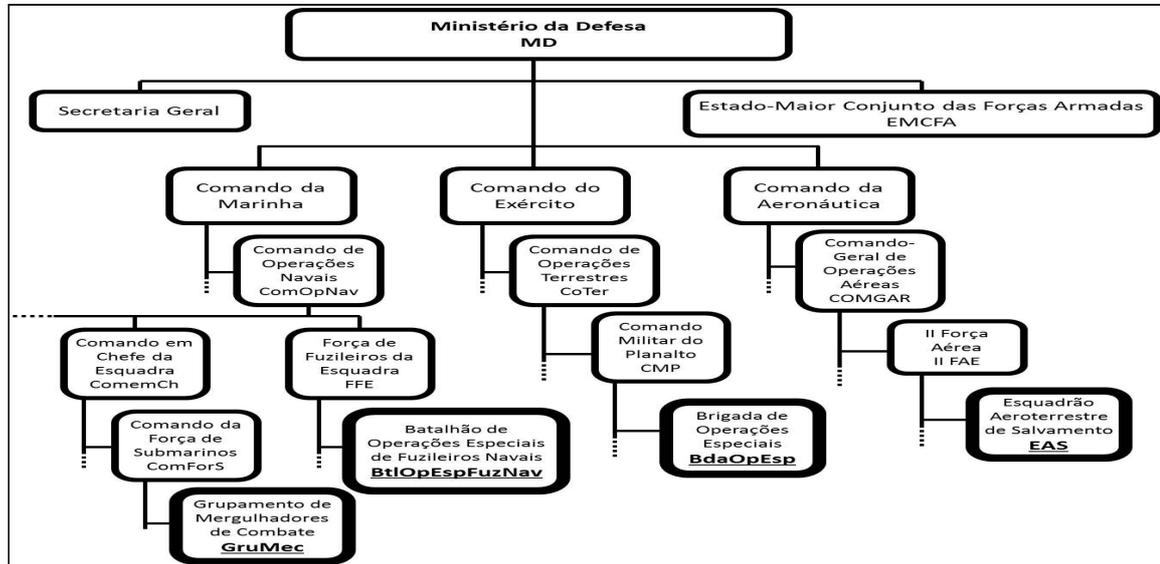


Figura 1 - Organização das FOpEsp do Brasil

Fonte: BRASIL, 2013b; BRASIL 2013c; BRASIL 2013d; PINHEIRO 2009

#### 2. ORGANOGRAMA DO COMANDO DO TEATRO DE OPERAÇÕES:

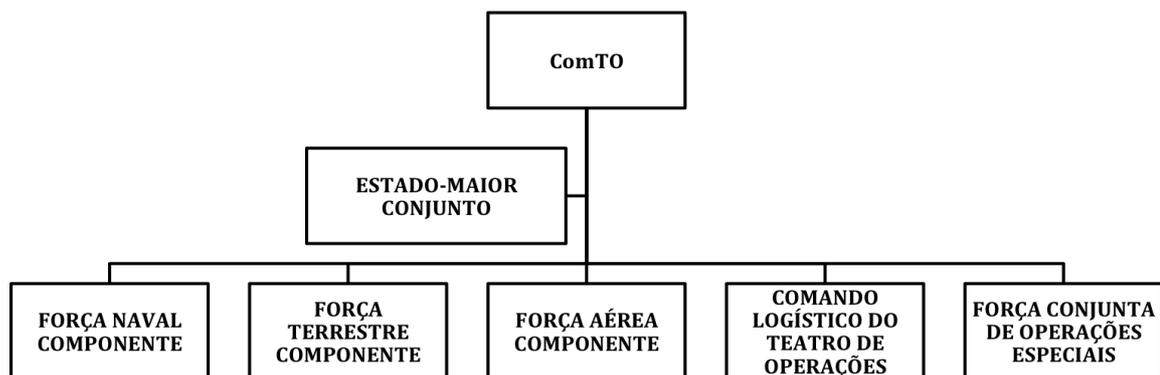


Figura 2 – Organização do ComTO

Fonte: BRASIL, 2011.

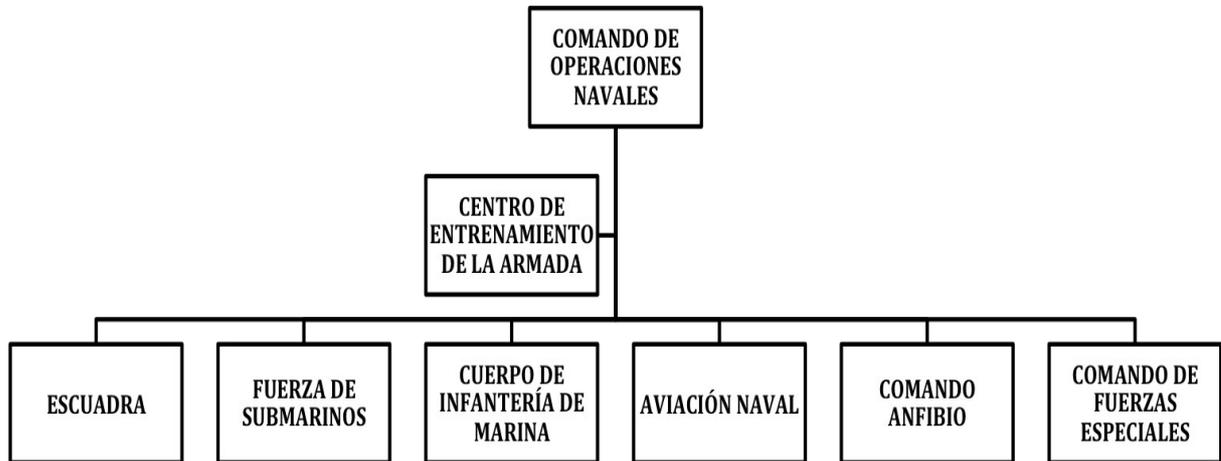
**APÊNDICE B****ORGANIZAÇÃO DAS FOpEsp DA ARMADA DO CHILE****1. DISTRIBUIÇÃO DAS FOpEsp NA ARMADA DO CHILE:**

Figura 3 - Organização das FOpEsp da Armada do Chile  
Fonte: Doctrina de Operaciones Especiales Conjuntas, DNC 3-4

## APÊNDICE C

### PROPOSTA DE ESTRUTURA DO COMANDO NAVAL DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

#### 1. PROPOSTA DE ORGANOGRAMA DO ComOpNav:

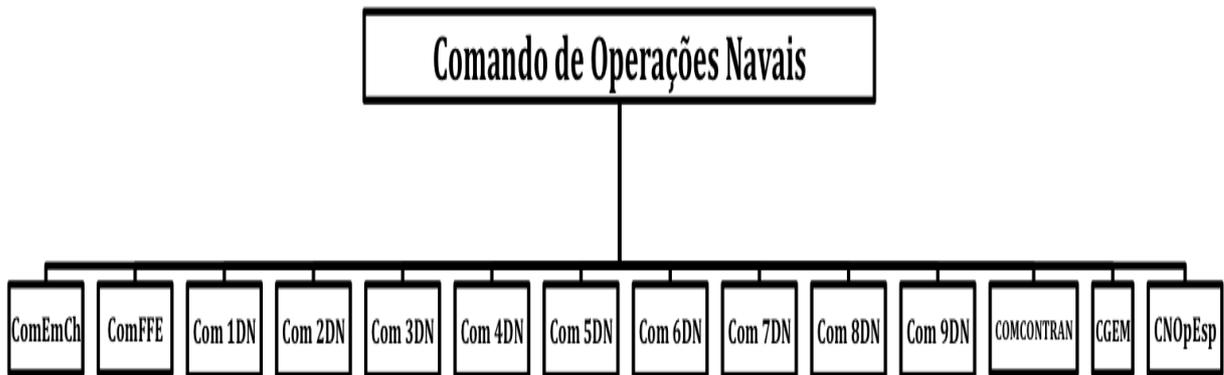


Figura 4 – Proposta de Organograma de ComOpNav  
Fonte: Proposta do Autor

#### 2. PROPOSTA DE ORGANOGRAMA DO COMANDO NAVAL DE OPERAÇÕES ESPECIAIS:

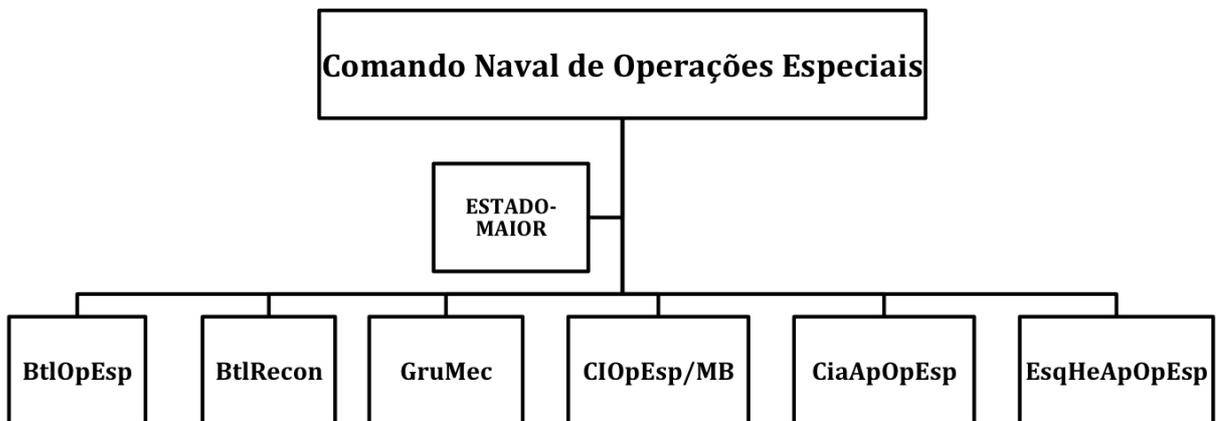


Figura 5 – Proposta de Organograma do CNOpEsp  
Fonte: Proposta do Autor

## APÊNDICE D

### EXTRATO DA ENTREVISTA COM O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GENERAL DE BRIGADA JÚLIO CESAR ARRUDA

**Tema:** Força Conjunta de Operações Especiais: Vantagens e desvantagens para a Marinha do Brasil.

**Data:** 06 de julho de 2014.

**Local:** Rio de Janeiro – RJ.

**Duração:** 60 minutos.

**Entrevistadores:** C-EMOS 2014

**Entrevistado:** General de Brigada Júlio Cesar Arruda.

**Perfil do Entrevistado:** O General Arruda é oficial do Exército Brasileiro. Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras. Na área de conhecimento das Operações Especiais é possuidor dos cursos de Comandos, Forças Especiais, Paraquedismo, Mestre de Salto, Estágios básico e avançado de Salto Livre, Montanhismo, dentre outros. Atualmente é Comandante do Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

**Entrevistadores:** General, quais foram os motivos que levaram à criação da BdaOpEsp?

**General Arruda:** A primeira Organização Militar de Operações Especiais do Exército Brasileiro foi criada em 1968 – o Destacamento de Forças Especiais – subordinado a então Brigada Paraquedista. Esse Destacamento teve atuação destacada no combate às Forças Adversas, dentro do Brasil, em ambiente urbano e rural, a natureza predominante das operações especiais era o combate contraguerrilha. Em 1983, o Destacamento evoluiu, por transformação, para o 1º Batalhão de Forças Especiais, com a instalação da Unidade no Camboatá – Rio de Janeiro, ainda subordinado à Brigada de Infantaria Paraquedista. Desde essa época, já havia o projeto de evolução das Operações Especiais para uma Grande Unidade ou Grande Comando. Esse projeto denominava-se COpUEspEB – Comando Operacional de Unidades Especiais; prevendo as seguintes unidades: Batalhão de Forças Especiais, Batalhão de Ações de Comandos, Destacamento de Apoio às Operações Especiais, Base Administrativa, Destacamento de Operações Psicológicas, Destacamento de Assuntos Cívicos e o Centro de Instrução de Operações Especiais. No início do século XXI, as operações especiais nos conflitos mundiais aumentaram a sua importância, e vem assumindo, cada vez mais, um protagonismo nas guerras em curso (que são predominantemente conflitos assimétricos). Dentro desse quadro, já se justificava a ativação do projeto do COpUEspEB. Porém o fato determinante para criar a BdaOpEsp foi o atentado terrorista de 11 de setembro

de 2001. A ameaça terrorista tornou-se possível e provável em qualquer parte do mundo. Os principais exércitos buscaram criar unidade(s) específica(s) para combater o terrorismo. Em 2002, o Comandante do Exército resolveu criar a BdaOpEsp, com uma organização muito semelhante ao COpUEsp (não foi criado até hoje o Destacamento de Assuntos Cíveis e foi acrescido do Pelotão de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear, hoje companhia). A localização da Bda Op Esp era inicialmente no Camboatá. Porém logo foi alterado e teve a sua implantação no Núcleo Central brasileiro, na cidade de Goiânia-GO. A localização central facilita as ligações e coordenações no nível político, dá mais rapidez e facilita os deslocamentos estratégicos. A criação da BdaOpEsp é uma real medida de dissuasão estratégica, pois inibe a intenção de algum autor em planejar um atentado terrorista no nosso território.

**Entrevistadores:** General, quais fatores conduziram à decisão de alterar o nome para COpEspEB?

**General Arruda:** Desde o projeto original (COpUEsp) já era visualizado a criação de um Comando Operacional. Dentro do Exército Brasileiro, a brigada é uma grande unidade composta por 3 a 5 batalhões de Infantaria ou Regimentos de Cavalaria (armas-base) e de outros batalhões/grupos/companhias de apoio de fogo, apoio ao movimento, de comando e controle e logístico. As brigadas são vocacionadas para a execução das manobras táticas e são normalmente enquadradas por uma divisão de exército. Tem um modo de atuação bem definido e peculiar. Já um Comando Operacional não tem uma forma padronizada de atuação, ele deve ser flexível, modular e com grande capacidade de adaptação. Um comando operacional pode atuar como um todo ou pode empregar seus batalhões ou até mesmos seus destacamentos operacionais isoladamente. O COpEspEB deve fazer parte ou constituir uma Força Componente, no nível estratégico, diretamente subordinado ao mais alto escalão enquadrante, no mesmo nível das Forças Terrestre, Naval e Aérea componentes de um Teatro de Operações. Além disso, o Comando pode receber adjudicadas as forças de operações especiais de outras Forças Singulares e outras tropas de apoio.

**Entrevistadores:** Quais foram as vantagens de ampliação da estrutura de OpEsp no EB? E da subordinação operacional direta ao COTER?

**General Arruda:** Nas décadas de 80 e 90, com o efetivo reduzido (apenas um batalhão de Forças Especiais) as possibilidades eram muito restritas e as limitações eram evidentes. Somase a isso a constatação de que é muito difícil a formação de operadores especiais, não se forma em massa como se faz com os soldados convencionais. A formação e o aperfeiçoamento de operadores especiais levam-se muito tempo. Com a criação da BdaOp Esp houve um aumento substancial, quantitativo e qualificativo, de cargos a serem formados e preenchidos. Essa formação vem sendo feita com muito critério, sem nunca abrir mão da qualidade dos soldados que estão servindo nas unidades de operações especiais. Com a criação do Batalhão de Ações de Comandos foi possível aumentar a quantidade de combatentes jovens (cabos e soldados), que possuem o vigor e a coragem física, que são determinantes nas ações diretas (ações de comandos). Dentro do Batalhão de Forças Especiais foi criado o Destacamento Contraterror, responsável pela execução, disseminação e pela doutrina de contraterrorismo. Além disso, com a criação do Batalhão de Operações Psicológicas, hoje Batalhão de Operações de Apoio à Informação, foi possível realizar

operações psicológicas em proveito da COpEspEB e de todo o Exército Brasileiro, pois esse batalhão atua em proveito de todos os Comandos Militares de Área e do Ministério da Defesa (operações conjuntas). Desde a criação da Bda Op Esp, ela tem a dupla subordinação, administrativamente ao Comando Militar do Planalto (CMP) e para fins operacionais ao Comando de Operações Terrestres (COTER). Significa que todas as missões são recebidas diretamente do COTER, por meio de diretrizes de planejamento operacional ou mesmo diretamente do Comandante de Operações Terrestres. Esta subordinação direta ao COTER garante que o COpEsp terá sempre o seu preparo e emprego valorizados, adequados, priorizados e validados. O COpEspEB ainda está em fase de implantação, seu Plano Diretor vem sendo executado dentro de um cronograma de execução de obras e de instalações em Goiânia, visando atender ao preparo, ao emprego e ao bem-estar da família militar. A subordinação ao COTER garante que continuemos recebendo a prioridade e atenção do Comando do Exército Brasileiro.

O COpEspEB é um cartão de visita, que recebe inúmeros visitantes ilustres e serve como instrumento de dissuasão estratégica do Brasil, pois é um dos únicos Comandos de forças de operações especiais na América do Sul.

**Entrevistadores:** Quais as vantagens e desvantagens da criação de uma estrutura conjunta de OpEsp no nível MD?

**General Arruda:** Considerando que teríamos um Comando de Operações Especiais subordinado diretamente ao Ministério da Defesa. Duas situações podem acontecer. Uma seria o Comando e as tropas ficarem subordinados direto ao Ministério da Defesa (mais difícil de concretizar). Outra seria ter um Comando (Comandante e Estado-Maior, sem tropa nenhuma) no MD e as tropas ficariam nas Forças Singulares para preparo e fins administrativos.

Vantagens:

- 1) Facilitaria o emprego conjunto das forças de operações especiais das Forças Singulares;
- 2) Facilitaria o emprego interagências das forças de operações especiais das Forças Singulares com os órgãos governamentais e não-governamentais do Brasil;
- 3) Facilitaria o emprego conjunto das forças de operações especiais das Forças Singulares nos grandes eventos;
- 4) Garantiria que a Força Conjunta de Operações Especiais sempre seria empregada num nível adequado dentro do teatro/área de operações, ou seja, em proveito direto do mais alto escalão presente, no nível estratégico.
- 5) Aumentaria o nível de operacionalidade e de interoperabilidade das forças de operações especiais das Forças Singulares;
- 6) Receberia prioridade para receber recursos financeiros necessários ao preparo e emprego das FOpEsp;
- 7) Facilitaria o cumprimento de missões de operações especiais em que predominam ações nos campos político, econômico e psicossocial;

### Desvantagens

- 1) Pode haver desvio de finalidade/especificidade no emprego de uma Força de Operação Especial, pois pode predominar os fatores políticos nas tomadas de decisão;
- 2) Pode diminuir o apoio operacional, logístico e administrativo ao preparo e ao emprego das F Op Esp pelas Forças Singulares, pois o Cmdo Conjunto no MD pode parecer uma estrutura estranha para a Força Singular; e
- 3) Dificuldade de criar um forte e peculiar espírito de corpo, atributo para as FOpEsp

**Entrevistadores:** O efetivo atual de militares cursados em OpEsp no COpEspEB é capaz de suprir as existentes para atender demandas de OpEsp no EB e no próprio MD?

**General Arruda:** O número de especialistas em operações especiais no Exército Brasileiro está muito aquém do necessário. Existem inúmeros cargos previstos que não estão sendo ocupados pela falta de especialistas, em especial entre os sargentos forças especiais e comandos. Além disso, é muito escasso também o número de militares formados em operações de apoio à informação (antiga operações psicológicas) e de DQBRN. Pela sistemática de seleção e de incorporação (serviço militar obrigatório) o EB tem dificuldade de reter o soldado/cabo Comandos por mais tempo. O tempo máximo que se pode contar com esse militar temporário é de 7 anos. Gasta-se uma quantidade de recursos, tempo e de instrutor para formar o soldado Comandos e ele passa muito pouco tempo em atividade.

**Entrevistadores:** Se, ao invés de uma estrutura no MD, as estruturas estivessem subordinadas aos comandos operacionais das forças singulares. Dessa forma assim como o COpEspEB, teríamos um Comando Naval de OpEsp, englobando o BtlOpEsp e o GruMeC, subordinado diretamente ao ComOpNav, sendo comandado também por um Oficial General. Na visão de V. Exa. qual seria o ganho para as OpEsp brasileiras? Seria vantajoso para a MB?

**General Arruda:** Na minha opinião, seria vantajoso para o GruMeC e o Tonelero estarem enquadrados por um Comando de Operações Especiais da Marinha do Brasil, como acontece no EB. Seria mais ágil, mais fácil as ligações entre Forças Singulares. Atualmente, essas duas Unidades Operacionais da Marinha não tem um Estado-Maior adequado para planejar, executar, coordenar e supervisionar uma operação de maior vulto (como nos grandes eventos). Além disso, essas duas Unidades estão subordinadas a Comandos de Corpos diferentes (Armada e Fuzileiros Navais), perdendo tempo nas ligações e coordenações tão necessárias nas operações especiais. Para o COpEspEB do EB seria muito mais fácil a ligação e a interoperabilidade se tivesse um COpEsp/MB.

## APÊNDICE E

### EXTRATO DA ENTREVISTA COM O EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONTRA-ALMIRANTE NELIO DE ALMEIDA

**Tema:** Força Conjunta de Operações Especiais: Vantagens e desvantagens para a Marinha do Brasil.

**Data:** 18 de julho de 2014.

**Local:** Rio de Janeiro – RJ.

**Duração:** 60 minutos.

**Entrevistadores:** C-EMOS 2014

**Entrevistado:** Contra-Almirante (FN) Nelio de Almeida

**Perfil do Entrevistado:** O Almirante Nelio é oficial da Marinha do Brasil. Formado pela Escola Naval. Atualmente é Comandante do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN).

**Entrevistadores:** Almirante, como é desenvolvida a doutrina de Operações Especiais no CFN ou como o CFN assessora o EMA no desenvolvimento desta doutrina?

**Almirante Nelio:** A doutrina referente as OpEsp no CFN é aprovada pelo ComGerCFN, antes assessorado pelo Departamento CGCFN-30 e agora pelo CDDCFN. O EMA não participa deste detalhamento que, por força do seu Regulamento, é de competência do CGCFN, entretanto, fornece o arcabouço que norteia o referido detalhamento, particularmente por meio da DBM e do EMA 322 – A Posição da Marinha nas Principais Questões Doutrinárias. Paralelamente, o ComOpNav-544, também trata dos aspectos de OpEsp que são comuns aos COMANF e aos MEC, verificando-se a necessidade de ajuste de alguns pontos deste com os manuais CGCFN.

**Entrevistadores:** Quais são os principais desafios na área de OpEsp para o CFN na atualidade?

**Almirante Nelio:** Olhando para as tarefas para as quais o CFN visualizou inicialmente a criação das Cia especializadas que hoje estão fundidas no BtlOpEsFuzNav, os principais desafios são, em ordem de prioridade:

- O retorno da plena capacidade de realizar o reconhecimento distante (antes feito pela CiaReconTer);

- O aprimoramento da coordenação entre a manobra e a atividade de reconhecimento, particularmente aquele realizado antes do Dia-D e da Hora-H; e
- O entendimento pelos membros da comunidade de OpEsp de que a atividade de reconhecimento é prioritária em relação as ações de comando (ou diretas).

**Entrevistadores:** Na visão do CDD, o dimensionamento do BtlOpEspFuzNav supre as demandas de OpEsp nas atividades desenvolvidas por aquela OM, com pessoal qualificado e meios empregados?

**Almirante Nelio:** O BtlOpEspFuzNav conforme estruturado atualmente, não sei se formalmente aprovado, poderá ter dificuldades para atender as necessidades de reconhecimento dos GptOpFuzNav, em particular na BANF, em razão da destinação dada a cada SU – Recon / AçCmndo / GERR. Acredito que melhor seria destinar duas das SU para o Recon e somente uma para a AçCmndo (cumulativamente com o GERR). Também contribuiria para a melhoria das condições de atendimento das necessidades se houvesse algum nível de flexibilidade de emprego do pessoal em Recon e AçCmndo, talvez com um adestramento inicial comum e depois segmentado em Recon e AçCmndo. A se estudar também seria a possibilidade de rocar vagas de TL da CiaCmndoSv para as SU de OpEsp, sem aumento do número total do Btl

**Entrevistadores:** Qual o posicionamento do CDD a respeito de uma eventual criação de uma estrutura permanente de OpEsp no MD, subordinada ao EMCFA, visando a integrar as FOpEsp, ou numa integração no âmbito da MB, com um Comando Naval de Operações Especiais, subordinado ao CON, englobando o BtlOpEspFuzNav e o GRUMEC? Qual a percepção de vantagens e desvantagens para o CFN?

**Almirante Nelio:** Primeiramente não sou favorável a nenhuma centralização permanente dos operadores especiais, seja no MD ou na MB.

Tal assertiva baseia-se nos seguintes argumentos principais: o primeiro refere-se ao mesmo posicionamento já manifestado pela MB em relação a Comandos Conjuntos permanentemente ativados (Ver EMA 322), invocando os mesmos aspectos; e o segundo é decorrente de nossa própria experiência de centralização no BtlOpEsp das antigas ReconTer e ReconAnf que, na prática resultou na significativa redução da capacidade de reconhecimento dos GptOpFuzNav. Na centralização, o que tende a ocorrer é a priorização do emprego dos meios de OpEsp em atendimento às necessidades dos comandos superiores, deixando os subordinados sem meios para atender as suas necessidades, assim comprometendo seriamente a capacidade destes para cumprir suas tarefas.

Observe-se que tal postura não elimina a possibilidade de que, após o competente exame da situação e no decorrer do DEPAED, venha a ser recomendável que parcela da nossa tropa de OpEsp fique sob o controle operacional de uma FCjOpEsp; porém, em uma situação específica e somente pelo tempo necessário para o cumprimento da missão. Acredito mesmo que, em não havendo nenhuma outra ação da Força Naval em curso, todo o Btl possa vir a operar na FCjOpEsp, mas sempre para uma missão específica e por tempo determinado.

De outro modo, podemos estatuir que, atendidas as necessidades da Força Naval, os excedentes de OpEsp poderiam contribuir integrando a FCjOpEsp. A questão é, como argumentado em resposta anterior, dificilmente existirão capacidades excedentes de OpEsp! No EB esta questão não é significativa tendo em vista que as unidades de manobra dispõem de tropa especializada para ações de reconhecimento – a cavalaria mecanizada. Tal comparação evidencia a importância do Recon especializado para o CFN; não temos CMec, nossos olhos longo da LSAA são os dos ComAnf. Perdê-los para tarefas interiorizadas próprias da FCjOpEsp significa colocar “venda” logo a nossa frente e usá-los para tal, mas sob o controle da FCjOpEsp, demandará acréscimo significativo de coordenações e atraso no atendimento das necessidades.

Observe-se também que, centralizar todas as ações de OpEsp em um único Comando, pode resultar em inobservância do princípio de guerra da unidade de comando quando estas ações estiverem dentro de área de responsabilidade ou de influência de outras forças. Por outro lado, com base no mesmo princípio, verifica-se que, em sendo a atividade de OpEsp interiorizada no TO e afastada de forças em “contato”, estas deverão estar pelo menos sob o controle operativo da FCjOpEsp.

Caso empregadas por FCjOpEsp, acredito que devemos respeitar as expertises de cada tropa – MEC na água e FuzNav junto ao litoral.

Desta forma não vejo nenhuma vantagem significativa em qualquer das centralizações apresentadas nas perguntas e sim a desvantagem marcante da perda de eficiência dos nossos GptOpFuzNav ou das Forças Navais. Dentro da Marinha, acredito que a vantagem marcante decorre do fato de que os Operadores Especiais de cada segmento estão intrinsecamente ligados às forças com as quais operarão.

Exemplificando, em uma OpAnf, poderemos endereçar pedidos de apoio à FCjOpEsp, para tanto passando-lhe DstOpEsp sob controle operativo (cumprimento de tarefa específica) antes da ativação da AOA. Após ativada a AOA, com a chegada da FAv, estes destacamentos reverteriam ao controle desta Força. Com a chegada do Corpo Principal os Dst passariam ao controle da ForDbq (Dst Recon afastado) e do CCT (Dst Recon distante), enquanto os MEC reverterão para a Força Naval.

De maneira geral, elenco como principais bases para os posicionamentos apresentados: o EMA 322; o PPM, como processo que leva a melhor organização para o cumprimento de dada tarefa; o princípio de guerra da unidade de comando; e as experiências conhecidas de centralização.

**APÊNDICE F****EXTRATO DA ENTREVISTA COM O SENHOR CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA(FN) CLAUDIO EDUARDO SILVA DIAS**

**Tema:** Força Conjunta de Operações Especiais: Vantagens e desvantagens para a Marinha do Brasil.

**Data:** 07 de julho de 2014.

**Local:** Rio de Janeiro – RJ.

**Duração:** 60 minutos.

**Entrevistadores:** C-EMOS 2014

**Entrevistado:** Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Claudio Eduardo Silva Dias.

**Perfil do Entrevistado:** O Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Eduardo é oficial do Marinha do Brasil. Formado pela Escola Naval. Na área de conhecimento das Operações Especiais é possuidor dos cursos de Comandos Anfíbios, Básico Paraquedista, Mestre de Salto, Curso de Salto Livre, dentre outros. Atualmente é Comandante do Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais.

**Entrevistadores:** Comandante, quais são os principais desafios na área de OpEsp na atualidade?

**Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Eduardo:** Na nossa realidade vejo como principal limitação, dessa forma um grande desafio, a baixa capacidade de comando e controle. Tenho me empenhado junto à FFE para que o Batalhão seja aquinhado com meios C2. Não me refiro só aos equipamentos rádio (os quais estão pegando, você sabe disso) mas também aos sensores, câmeras e uma célula móvel.

O EB adquiriu para Copa do Mundo várias viaturas C2, montadas na carroceria de um caminhão baú, equipadas com terminais para rádios; ligação SISCOMIS por meio de um Terminal Leve (TL); sentinelas-robô (câmeras que podem ser posicionadas onde necessário, transmitindo imagens diretamente para o CC2) e uma câmera montada em mastro pneumático (*speed dome* com capacidade IR). Essas viaturas são PC / COC móveis que permitem seu posicionamento próximo da cena de ação, possibilitando o acompanhamento total e em tempo real pelo decisor, além da manutenção de contato constante com as equipes no terreno.

Levei todas as especificações, inclusive o próprio objeto da licitação desses caminhões para a FFE e para o CMatFN, visando a possibilidade de aquisição dessas viaturas para as Olimpíadas.

**Entrevistadores:** Na visão do Sr. o dimensionamento do BtlOpEspFuzNav, em termos de pessoal e meios, suprem as demandas de OpEsp nas atividades desenvolvidas?

**Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Eduardo:** Podemos considerar que a TL do Batalhão, em tese, atenderia no concernente à pessoal em termos numéricos. Porém a realidade hoje é que o Batalhão, apesar de ter um efetivo bem próximo à sua lotação, não conta com elementos especializados (Comandos Anfíbios e militares com EQTEsp) em número adequado para o cumprimento de suas tarefas. Essa é a principal dificuldade atual, levando a uma sobrecarga dos militares especializados.

No tocante aos meios, ainda contamos com um bom acervo de material e armamentos, porém com grande deficiência nas comunicações. Com a realização da Copa do Mundo em 2014 foi possível a aquisição de equipagem individual e acessórios. Já para as Olimpíadas 2016 estamos planejando a aquisição de novos armamentos e equipagens, trazendo o Batalhão Tonelero novamente ao estado da arte.

**Entrevistadores:** Nas Operações Conjuntas, a cargo do EMCFA, normalmente é estabelecida no âmbito do Teatro de Operações a Força Conjunta de Operações Especiais como Força Componente, no mesmo nível das demais Forças Componentes (FNC, FTC, FAC, CLTO), congregando todas as unidades de OpEsp das Forças Armadas, conseqüentemente subordinando-as ao maior nível decisório. Quais as vantagens percebidas pelo BtlOpEspFuzNav com esta subordinação?

**Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Eduardo:** As forças de operações especiais, em todo mundo, desempenham uma ampla gama de tarefas cujo efeito desejado transita desde o nível tático, podendo chegar até mesmo no nível político. Assim, um comandante de TO não pode prescindir deste recurso em suas mãos. Por isso a implementação de uma Força Conjunta de Operações Especiais como Força Componente em um TO.

As vantagens são a objetividade de planejamento e do emprego das forças de operações especiais, tendo um Estado-Maior dedicado exclusivamente a estas tarefas, permitindo o assessoramento direto ao ComTO sobre as possibilidades e limitações daquelas forças. Isso se reflete no emprego correto das forças, tanto do ponto de vista operacional como também sem descuidar do necessário apoio logístico, crítico e complexo em se tratando de forças de operações especiais.

**Entrevistadores:** Qual o posicionamento do BtlOpEspFuzNav a respeito de uma eventual criação de uma estrutura permanente de OpEsp no MD, subordinada ao EMCFA, visando a integrar as FOpEsp por meio de unificação doutrinária e coordenação do preparo e emprego das OM vinculadas? Qual a percepção do BtlOpEspFuzNav?

**Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Eduardo:** Em discussões com Oficiais de Operações Especiais, não só da MB como de outras Forças, o sentimento comum é de que isso é algo inevitável e, por que não dizer, desejável, por todos os motivos já citados na própria pergunta. As Forças Armadas de países com grande experiência em combate adotam essa estrutura, como é o caso dos EUA.

Nossa percepção é de que temos que nos preparar para esta realidade e o primeiro passo é o questionado na pergunta seguinte: temos que criar um Comando de Operações Especiais da Marinha do Brasil.

**Entrevistadores:** Qual o posicionamento se, ao invés da estrutura da pergunta anterior, fosse criado, no âmbito da MB, um Comando Naval de Operações Especiais, subordinado ao CON, englobando o BtlOpEspFuzNav e o GruMec? Qual a percepção de vantagens e desvantagens para o próprio Btl?

**Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Eduardo:** Como falei acima, essa é a VA a ser seguida. Temos que conscientizar a MB desta necessidade antes que sejamos compelidos a fazê-lo sem o devido planejamento (uma imposição do MD).

As vantagens são evidentes, porém considero que, além das premissas já elencadas por você, o comando deve ser de um Oficial-General, com seu Estado-Maior devidamente constituído por Comandos Anfíbios, Mergulhadores de Combate e, ainda, aviadores navais, pois penso que além das duas Unidades já citadas, aquele Comando deverá ter também, ainda que não subordinado diretamente, um Esquadrão de Helicópteros dedicado a operar com as tropas especiais.

A centralização das atividades, o acesso direto ao CON e a estrutura inteiramente dedicada às operações especiais trariam grande progresso para nossas forças, a exemplo do que já ocorre hoje no EB.

Só a título de exemplo, depois da criação do COpEsp, o qual já é uma evolução da BdaOpEsp, houve a separação do BFE, sendo criado o 1 Batalhão de Forças Especiais e o 1 Batalhão de Ação de Comandos. Além disso foram incorporados à organização do COpEsp o Batalhão de Apoio às Operações Especiais, o 1 Batalhão de Operações de Apoio à Informação, a Companhia de Defesa QBRN e uma Base de Apoio. Em termos de material, o salto foi grandioso com a aquisição de armamento e equipamentos no estado da arte. Tudo isso graças ao acesso direto ao COTER e ao reconhecimento por parte do EB da importância das operações especiais.

Por tudo isso e além, considero que esse comando traria a uniformidade de doutrina e procedimentos; a padronização de equipamentos, material e armamentos; a prioridade nas aquisições e distribuição de recursos; além de alçar as operações especiais na Marinha do Brasil ao grau de relevância que elas têm em outros países e até mesmo na força irmã.

## APÊNDICE G

### EXTRATO DA ENTREVISTA COM O SENHOR CAPITÃO-DE-FRAGATA DILLER DE ABREU JUNIOR

**Tema:** Força Conjunta de Operações Especiais: Vantagens e desvantagens para a Marinha do Brasil.

**Data:** 07 de julho de 2014.

**Local:** Rio de Janeiro – RJ.

**Duração:** 60 minutos.

**Entrevistadores:** C-EMOS 2014

**Entrevistado:** Capitão-de-Fragata (FN) Diller de Abreu Junior.

**Perfil do Entrevistado:** O Capitão-de-Fragata (FN) Diller é oficial do Marinha do Brasil. Formado pela Escola Naval. Na área de conhecimento das Operações Especiais é possuidor dos cursos de Mergulhador de Combate, Básico Paraquedista, Curso de Salto Livre, dentre outros. Atualmente é Comandante do Grupamento de Mergulhadores de Combate.

**Entrevistadores:** Comandante, quais são os principais desafios na área de OpEsp na atualidade?

**Capitão-de-Fragata Diller:** Na atualidade, as “Novas Ameaças” são os principais desafios para as OpEsp. No caso do GRUMEC, a maior preocupação é relacionada à Pirataria. Mesmo que não tenhamos casos na costa brasileira, navios com nossa bandeira trafegam onde esta ameaça está presente, como por exemplo, a costa da Somália.

**Entrevistadores:** Na visão do Sr. o dimensionamento do GruMeC, em termos de pessoal e meios, suprem as demandas de OpEsp nas atividades desenvolvidas?

**Capitão-de-Fragata Diller:** O GruMeC tem aumentado o seu efetivo a cada ano, tendo em vista o crescimento do voluntariado e do número de aprovados no respectivo curso de formação. Este aumento de efetivo tem atendido às necessidades de pessoal para cumprir as demandas de OpEsp, que também crescem a cada ano. No tocante a meios, o GRUMEC conseguiu adquirir muitos equipamentos no estado da arte, fruto dos recursos disponibilizados para a Segurança dos Grandes Eventos, o que tem permitido o atendimento das referidas demandas.

**Entrevistadores:** Nas Operações Conjuntas, a cargo do EMCFA, normalmente é estabelecida no âmbito do Teatro de Operações a Força Conjunta de Operações Especiais como Força Componente, no mesmo nível das demais Forças Componentes (FNC, FTC, FAC, CLTO), congregando todas as unidades de OpEsp das Forças Armadas, conseqüentemente subordinando-as ao maior nível decisório. Quais as vantagens percebidas pelo GruMeC com esta subordinação?

**Capitão-de-Fragata Diller:** Esta Força Conjunta permite o emprego mais eficiente de meios de OpEsp, pois poderá congregiar esforços e aproveitar as expertises de cada grupo.

**Entrevistadores:** Qual o posicionamento do GruMeC a respeito de uma eventual criação de uma estrutura permanente de OpEsp no MD, subordinada ao EMCFA, visando a integrar as FOpEsp por meio de unificação doutrinária e coordenação do preparo e emprego das OM vinculadas? Qual a percepção do GruMeC?

**Capitão-de-Fragata Diller:** As Forças de Operações Especiais dos Países do Conselho de Segurança Permanente da ONU têm um Comando Conjunto Permanentemente formado, o que demonstra ser a solução para uma coordenação do preparo e emprego destas Forças. As autoridades desses países procuram ter esses grupos de OpEsp o mais próximo possível do seu alcance para uma eventual decisão de emprego, mantendo um controle mais direto e eficiente, em face às mudanças rápidas da conjuntura mundial, e da resposta rápida que os comandos unificados podem prover. Por isso, o GRUMEC é favorável à criação de uma estrutura permanente de OpEsp no MD. Vale ressaltar que o exercício do referido Comando Conjunto deve ser pautado num rodízio entre as Forças, a fim de evitar possíveis parcialidades no tocante ao emprego de determinada Força.

**Entrevistadores:** Qual o posicionamento se, ao invés da estrutura da pergunta anterior, fosse criado, no âmbito da MB, um Comando Naval de Operações Especiais, subordinado ao CON, englobando o BtlOpEspFuzNav e o GRUMEC? Qual a percepção de vantagens e desvantagens para o próprio GruMeC?

**Capitão-de-Fragata Diller:** Hoje, é imprescindível a criação de um Comando Naval de Operações Especiais, a fim de prover o preparo e o emprego eficiente das unidades de OpEsp da MB, independente da criação, ou não, de uma estrutura permanente de OpEsp no MD.

Vantagens:

- 1) Incremento da atividade de OpEsp na MB;
- 2) Emprego mais eficiente das unidades em sua atividade-fim;
- 3) Equiparação ao Comando de OpEsp do EB;
- 4) Direcionamento exclusivo de recursos para uma atividade que, sem este Comando, divide a sua receita com as tropas convencionais e submarinos, respectivamente, nos casos do BtlOpEspFuzNav e GRUMEC; e
- 5) Fruto do posto mais elevado de um Comandante Naval de OpEsp, provavelmente um Vice-Almirante, uma interação mais estreita com o alto escalão do MD poderá ser realizada numa situação de emprego real das OpEsp.

Desvantagem:

1) Somente é visualizada uma desvantagem, não para as OpEsp da MB, mas para os atuais Comandos, ComFFE e ComForS respectivamente, que perderiam o poder de emprego destas tropas e a visibilidade que elas provêm.